

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

**DISCURSOS SOBRE O EMPREENDEDORISMO: INOVAÇÃO OU
ARMADILHA NEOLIBERAL?**

WENDELL ROBERTT SILVA FREITAS

**BAGÉ
2022**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

**DISCURSOS SOBRE O EMPREENDEDORISMO: INOVAÇÃO OU
ARMADILHA NEOLIBERAL?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciado em Letras – Português e Literaturas de Língua Portuguesa.

Orientadora: Carolina Fernandes

WENDELL ROBERTT SILVA FREITAS

**BAGÉ
2022**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal do Pampa

WENDELL ROBERTT SILVA FREITAS

**DISCURSOS SOBRE O EMPREENDEDORISMO: INOVAÇÃO OU ARMADILHA
NEOLIBERAL?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Letras.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 07/03/2022

Banca examinadora:

Profa. Dra. Carolina Fernandes

Orientadora
Unipampa

Profa. Dra. Luciana Iost Vinhas

UFRGS

Prof. Dr. Rodrigo Oliveira Fonseca

UFSB



Assinado eletronicamente por **CAROLINA FERNANDES, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 07/03/2022, às 16:01, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **Luciana Iost Vinhas, Usuário Externo**, em 07/03/2022, às 17:49, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **Rodrigo Oliveira Fonseca, Usuário Externo**, em 08/03/2022, às 13:07, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0746224** e o código CRC **5E8F7040**.

Referência: Processo nº 23100.003558/2022-38 SEI nº 0746224

AGRADECIMENTO

Agradeço, primeiramente, aos meus familiares (pai, mãe e irmão) que estiveram ao meu lado no decorrer de toda a minha vida, incluindo minha jornada dentro do curso de Letras, mesmo quando a distância nos afastava fisicamente. Pessoas que me apoiaram, e me *suportaram*, durante meus momentos de fraqueza, fragilidade e falha, inclusive os que ocorreram na execução desta pesquisa. Meu eterno amor e gratidão a vocês!

Agradeço à professora, e orientadora deste trabalho Carolina Fernandes, pelo excelente trabalho de orientação, direcionamento e aperfeiçoamento da minha escrita. Além de ter sido uma grande fonte de inspiração profissional (para o tipo de professor que pretendo me tornar), e o sujeito que me apresentou à área de estudos da Análise do Discurso, pela qual vim a desenvolver uma grande paixão, e na qual pretendo me aprofundar no decorrer de minha caminhada acadêmica.

Agradeço à minha melhor amiga, e colega de curso, Thifane Oliveira de Alencar que

foi a maior, e mais inesperada, amizade que minha estadia em terras gaúchas proporcionou, Pessoa que esteve ao meu lado nas mais variadas *sagas* durante esses anos de graduação. Uma amiga espetacular que eu tenho certeza que há de alcançar todos os seus objetivos pessoais e profissionais. Nós sobrevivemos à Bagé, sobreviveremos ao mundo também!

Agradeço, por fim, a todas e todos os docentes do curso de Letras- Português e Literaturas de Língua Portuguesa que fizeram parte da minha formação, e me ajudaram a perceber que minha escolha de curso foi, de fato, mais do que correta.

RESUMO

No presente trabalho, buscamos compreender o funcionamento de diferentes discursos acerca do empreendedorismo, que, dentro da sociedade capitalista neoliberal, é constantemente apresentado como uma alternativa autônoma e inovadora de formação profissional aos sujeitos da classe trabalhadora. Nesse sentido, a partir da perspectiva teórico-metodológica da Análise do Discurso (AD), analisamos discursos midiáticos antagônicos acerca da atividade empreendedora, de forma a considerar os efeitos de sentido que caracterizam a formação ideológica neoliberal interpeladora de sujeitos-trabalhadores em sujeitos-empresendedores. Para tal, foram abordados os funcionamentos das noções de *discurso*, *sujeito*, *esquecimentos*, *formação ideológica* e *formação discursiva*, observando a relação destas com a análise proposta. A análise foi dividida em dois momentos, cada um composto por sequências discursivas retiradas de veículos de informação da grande mídia tradicional; e da mídia alternativa, a fim de compreender os diferentes posicionamentos diante do empreendedorismo. Por fim, a realização desta pesquisa nos proporcionou compreender que o discurso reproduzido pela mídia tradicional se insere em uma formação discursiva pró-empresendedorismo, funcionando de maneira a acatar os interesses do sistema de produção capitalista, mesmo que sob uma roupagem moderna, com promessas de uma perspectiva inovadora e libertadora de formação profissional aos sujeitos-trabalhadores. Em contrapartida, os veículos alternativos de mídia, como jornais digitais e perfis de chargistas críticos online, produzem sentidos através de uma formação discursiva contra o empreendedorismo, apontando tal atividade como uma forma dissimulada de exploração da força de trabalho que precariza as condições de produção do sujeito-trabalhador, assim mobilizando esse anti-empresendedorismo através de seus textos de forma a constituir um discurso de resistência.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Ideologia neoliberal. Empreendedorismo.

Formações discursivas antagônicas.

ABSTRACT

This paper seeks to comprehend the functioning of different discourses about entrepreneurship, which, within the neoliberal capitalist society, is constantly presented as an autonomous and innovative alternative of professional training to the working-class. In this sense, from the theoretical-methodological perspective of Materialist Discourse Analysis, we analyze antagonistic media discourses about entrepreneurial action to consider the effects of meaning that characterize the neoliberal ideological formation which interpellates subjects-workers into subjects- entrepreneurs. To this end, notions of discourse, subject, forgetfulness, ideological construction, and discursive formation functions were approached, and their relationship with the proposed inquiry observed. The analysis had two moments, each one composed of discursive sequences taken from information vehicles from both the traditional mainstream media, and alternative media, in order to understand the different positions on entrepreneurship. Finally, the accomplishment of this research allowed us to discern that the discourse reproduced by the traditional media is part of a pro-entrepreneurship discursive formation, functioning in a way to take on the interests of the capitalist production system, even if under a modern camouflage, with promises of an innovative and liberating perspective of professional training for subject-workers. In other hand, alternative media vehicles, such as digital newspapers and online critics profiles, produce meanings through a discursive formation against entrepreneurship, pointing out such activity as a disguised form of exploitation of the workforce that endangers the production conditions of the laborers, thus mobilizing this anti-entrepreneurship through their texts in order to constitute a discourse of resistance.

Keywords: Discourse Analysis. Neoliberal ideology. Entrepreneurship. Antagonistic discursive formations.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	4
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	7
2.1 Discurso e Linguagem	7
2.2 Ideologia, Sujeito, Interpelação e Esquecimento	10
2.3 Aparelhos ideológicos de Estado, Formação ideológica e Formação discursiva	14
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	19
4 DISCURSOS SOBRE O EMPREENDEDORISMO	23
4.1 O sistema neoliberal como terreno fértil para o empreendedorismo	23
4.1.1 Os aparelhos de Estado e a ideologia neoliberal no contexto brasileiro	27
4.2 Uma análise do discurso pró-empendedorismo	30
4.2.1 O empreendedorismo como alternativa libertadora	31
4.2.2 A publicidade neoliberal no impulsionamento do discurso empreendedor	38
4.3 Uma análise do discurso contra o empreendedorismo	42
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS	57
ANEXOS	61

1 INTRODUÇÃO

No presente trabalho, buscamos compreender o funcionamento de discursos acerca do empreendedorismo, o qual vem sendo constantemente apresentado como uma alternativa autônoma e inovadora de ocupação profissional aos sujeitos da classe trabalhadora, dentro da sociedade capitalista neoliberal. Nesse sentido, realizamos uma análise dos diferentes discursos que são produzidos e direcionados a esses sujeitos que são considerados possíveis empreendedores sob a ótica da ideologia neoliberal. Para tal, foi estabelecida uma perspectiva discursiva acerca da atuação do neoliberalismo na formação ideológica dos sujeitos nele inseridos, de forma a contextualizar o cenário socioeconômico no qual o discurso do empreendedorismo viria, cada vez mais, a ser produzido e difundido.

Com essa perspectiva, reforçamos a concepção de que o capitalismo neoliberal “não é apenas um modo de produção de mercadorias, é um processo de subjetivação tanto quanto processo de produção” (LAVAL, 2019, p. 319). Essa subjetivação atua de forma a estabelecer uma ideia de competição entre os trabalhadores, que perpassa a maneira desses sujeitos perceberem o meio social no qual estão inseridos. Isso demonstra que a chamada *racionalidade neoliberal* (SAFATLE, 2021) não limita suas ações ao campo das esferas econômicas, estendendo-se, também, às relações sociais (e, também, ideológicas) entre os sujeitos-trabalhadores. Refletimos, então, sobre como esse processo de subjetivação pode, através da hegemonia da ideologia neoliberal, ser relacionado às diferentes condições de trabalho e atividades do ramo profissional em que o sujeito-trabalhador se encontra.

A partir desse pressuposto, foi desenvolvida uma reflexão acerca da prática discursiva de promoção ao empreendedorismo, na qual o trabalhador se vê incentivado a engajar-se, e, também, da formação ideológica que se materializa através desse incentivo. Nesse intuito, foram consideradas e analisadas as narrativas e promessas presentes no discurso de incitamento à atividade empreendedora como forma de ascensão social, e como estes se materializam textualmente nos veículos de comunicação do sistema capitalista.

Ainda nessa instância, também são analisados determinados discursos contrários ao empreendedorismo. Estes, por sua vez, buscam problematizar essa nova tendência e a denunciam como sendo uma materialização dos interesses do capitalismo neoliberal, e não uma real oportunidade de emancipação do trabalhador. Nessa perspectiva, o crescente

interesse da ideologia neoliberal à produção de sujeitos-empresendedores estaria ligado à “corrosão progressiva dos direitos ligados ao status de trabalhador” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 329), o que, então, facilitaria a implementação das tais “novas formas de emprego” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 329), que corresponderiam à atividade empresenedora.

Como embasamento teórico para as análises propostas, este trabalho se amparou na Análise do Discurso (doravante AD), que se caracteriza como uma disciplina de entremeio, que discute e mobiliza conceitos teóricos da Linguística, das Ciências Sociais e da Psicanálise. Desse modo, a AD se coloca de forma a discutir os pressupostos estabelecidos por essas áreas, “fazendo uma ligação, mostrando que não há separação estanque entre a linguagem e a sua exterioridade constitutiva” (ORLANDI, 2007, p. 25). A partir dessa relação da linguagem com seu exterior, que também leva em conta a materialidade sócio-histórica, a AD expande os horizontes das análises, que passam a considerar os *efeitos de sentido* (FUCHS; PÊCHEUX, 1997) de discursos produzidos na sociedade, nos permitindo examinar os impactos e consequências dos mesmos. É nesse sentido que este trabalho analisou diferentes discursos sobre o empreendedorismo, tendo em vista suas condições de produção no sistema capitalista neoliberal e seus desdobramentos na constituição de subjetividades dentro desse mesmo sistema.

Assim, a presente pesquisa se apropriou da concepção de que o processo analítico ocorre por “movimentos pendulares que vão da teoria para a prática analítica e, dessa, de volta à teoria” (INDURSKY, 2011, p. 329), para compreender o funcionamento do discurso do empreendedorismo, produzido a partir da ideologia neoliberal.

Dessa forma, em virtude da temática e dos objetivos atribuídos por este trabalho, foi estabelecida, na construção do dispositivo teórico-analítico, relação com as noções de *ideologia e interpelação* no que diz respeito ao processo de formação do sujeito-empresendedor a partir da ideologia neoliberal. Consequentemente, também foram abordados os funcionamentos dos conceitos de *discurso, sujeito, esquecimentos, formação ideológica e formação discursiva*, articulando-os à análise proposta.

Ainda sobre a análise desenvolvida neste trabalho, vale destacar que seu *corpus* é dividido em dois momentos, cada um composto por *sequências discursivas* (SD) que materializam efeitos de sentido distintos com relação ao empreendedorismo.

Primeiramente, realizou-se uma análise dos efeitos de sentido que são produzidos através de uma formação discursiva, que, em uma primeira leitura, já nos parece favorável ao discurso do empreendedorismo, e que circula em alguns veículos de informação

alinhados à ideologia neoliberal. Dessa forma, esse primeiro momento de análise é constituído por materialidades textuais do tipo notícia, nas quais é demonstrado como determinados sujeitos, através do empreendedorismo, conseguiram ascender socialmente, sugerindo que outros trabalhadores possam fazer o mesmo através de seus esforços individuais. Além disso, também foram considerados textos publicitários de serviços para empreendedores, que buscam convencer o sujeito a utilizar os serviços oferecidos, como um meio de progredir em sua caminhada empreendedora.

Por fim, num segundo momento, foi analisada a produção de um discurso com uma abordagem crítica e problematizadora sobre o empreendedorismo, buscando denunciar suas consequências e impactos na realidade social do sujeito-trabalhador. Nessa instância, foram selecionados textos, tais como charges e notícias, veiculados à mídia alternativa¹, que apontam os efeitos negativos da crescente incitação à atividade empreendedora.

Nesses termos, o trabalho buscou desenvolver uma análise de diferentes discursos sobre o empreendedorismo, tendo em vista que este funciona, no contexto do sistema capitalista e da pandemia do COVID-19, de forma a considerar discursos e práticas sociais que caracterizam a formação ideológica neoliberal interpeladora de sujeitos-trabalhadores em sujeitos-empreendedores.

¹ Ao nos referirmos à mídia alternativa, partimos da compreensão de que esta funciona como “conjunto dos veículos de comunicação que se contrapõem a uma hegemonia, ou posição política dominante” (WIKIPÉDIA, 2022).

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Em virtude do aspecto teórico das análises e reflexões realizadas no presente trabalho, é de suma importância que sejam definidos alguns conceitos presentes na Análise do Discurso (doravante AD), tendo esta como principal arcabouço teórico para esta pesquisa. Dos conceitos explorados, tratemos, primeiramente, do *discurso*, tido como o objeto de estudo dessa disciplina de entremeio (AD), e da relação desse mesmo com a linguagem.

2.1 Discurso e Linguagem

É imperativo ressaltar que Michel Pêcheux elabora a Análise do Discurso (no início chamada de Análise Automática do Discurso ou AAD) na década de 60/70, propondo uma disciplina que estude a língua “funcionando para a produção de sentidos e que permite analisar unidades além da frase, ou seja, o texto” (ORLANDI, 2012, p. 17), e, também, que considera a relação dessa língua com sua exterioridade. A partir dessa perspectiva, podemos notar um afastamento da AD para com os estudos linguísticos formalistas da época, que concebiam a língua como um sistema de regras isolado, elaborando seus estudos sob uma “concepção instrumental tradicional da linguagem” (HENRY, 1997, p. 26), e ignorando sua exterioridade. Entretanto, devemos salientar que, ao propor o *discurso* como seu objeto de estudo, a AD não busca negligenciar as contribuições dos estudos da linguagem, mas sim desafiar as fronteiras da ciência linguística, colocando em questão a relação desta com as ciências sociais. É sob tal ótica que Pêcheux ([1975]/1995, p. 87) afirma:

[...] se a Linguística é solicitada a respeito deste ou daqueles pontos exteriores ao seu domínio, é porque, no próprio interior de seu domínio (em sua prática específica), ela encontra, de um certo modo, essas questões, sob a forma de questões que já lhe dizem respeito (“você não me procuraria se já não tivesse me encontrado”).

Partindo, então, desse entremeio da Linguística com as Ciências Sociais, e com grande contribuição do Marxismo e da Psicanálise, a AD estabelece uma nova forma de se estudar a linguagem, considerando a língua como a base material que constitui o sujeito e os efeitos de sentido que são materializados na, e pela, língua. A partir disso, o conceito de *discurso* é elaborado de forma a representar esse efeito de sentido que se materializa através e pela língua, sendo constituído por: materialidade histórica, ideologia, e condições de produção. Sobre essa perspectiva, vale ressaltar as reflexões de Michel

Pêcheux ([1975]/1995, p. 91), nas quais é demonstrada a dinâmica que o discurso estabelece com a língua (objeto de estudo da Linguística) em sua materialização:

[...] o sistema da *língua* é, de fato, o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para aquele que dispõe de um conhecimento e para aquele que não dispõe desse conhecimento. Entretanto, não se pode concluir, a partir disso, que esses diversos personagens tenham o mesmo *discurso*: a língua se apresenta, assim, como a base comum de processos discursivos diferenciados.

Podemos perceber, então, que, à medida que estabelece o *discurso* como objeto de estudo, a AD não desconsidera a língua como estrutura significante, mas sim, a entende como base material, uma “superfície linguística” na qual os processos discursivos são materializados.

Ainda acerca das formas de materialização do *discurso* na linguagem, e tendo em vista os diferentes tipos de materialidades textuais analisadas neste trabalho, é relevante que destaquemos o posicionamento da AD com relação à concepção de *texto*. Nesse sentido, a partir das afirmações de Orlandi (1995, p. 111)”, podemos compreender os tipos de textualização como sendo diferentes formas de materialização do discurso:

[...] o *texto* é uma *peça*² da linguagem, uma peça que representa uma unidade significativa [...] passando, pois, para minha filiação teórica específica, eu diria que as palavras não significam em si. É o *texto* que significa.

Dessa forma, devemos explorar como o conceito de *texto* é percebido na AD, bem como a diferença dessa percepção para uma mais restritiva (na qual o texto se resume à linguagem verbal).

Primeiramente, devemos ressaltar que o modo como a AD concebe o conceito de texto não possui uma preocupação unicamente linguística, e não deve ser entendido “simplesmente como o exercício de uma nova linguística livre dos preconceitos da linguística *tradicional*” (ORLANDI, 1995, p. 112). Afinal, como já mencionado nesta seção, o objeto de estudo “*discurso*” não possui uma natureza puramente linguística, mas também sócio-histórica, logo, esses aspectos também se refletem na materialidade textual onde o discurso se manifesta. Ou seja, sob os parâmetros analíticos da AD, o *texto*, além de um objeto linguístico, é também um objeto sócio-histórico, constituído de materialidade histórica, e que, através desta, produz sentidos. Diante desse panorama, convém destacar as afirmações de Eni Orlandi (1995, p. 114) com relação ao *texto* como objeto de análise:

² A autora destaca que o termo “peça” está sendo usado mais no sentido de uma “peça teatral”, como uma “organização” da linguagem, e não no sentido de uma “parte” da linguagem.

Não nos interessa, nessa perspectiva discursiva, a organização do texto. O que nos interessa é o que o texto organiza em sua discursividade, em relação à ordem da língua e a das coisas: a sua materialidade.

Essas considerações ressaltam que a AD possui uma concepção heterogênea acerca do que pode ser entendido como *texto*, de forma que o fator linguístico (sintático) sequer é colocado como principal, no exercício da análise. Esse posicionamento volta a ficar evidente quando a mesma autora (1995, p. 117) afirma:

O texto, dissemos inúmeras vezes, é a unidade de análise afetada pelas condições de produção. O texto é, para o analista de discurso, o lugar da relação com a representação física da linguagem: onde ela é som, letra, espaço, dimensão direcionada, tamanho. É o material bruto. Mas é também espaço significante. E não é das questões menos interessantes a de procurar saber como se põe um discurso em texto.

Com esta citação, podemos notar que a materialidade textual considerada pela AD como “espaço” significante amplia as possibilidades de análise, se estendendo ao som, espaço e dimensão direcionada, e acaba por expandir o horizonte dos tipos de enunciados a serem considerados “passíveis” de análise (imagens, músicas, pinturas, charges etc.).

A partir das reflexões até então apresentadas, notamos que o objeto de estudo da AD, o *discurso*, possui uma configuração complexa e heterogênea quando comparado à *língua*, que seria o objeto estudado pela Linguística. Essa maior complexidade do *discurso* se dá tanto por sua natureza constitutiva, na qual são levados em conta fatores como materialidade histórica e ideologia, quanto pela pluralidade de suas formas de materialização, que ultrapassa os limites do verbal e constitui a linguagem humana em suas diferentes formas.

Por fim, outro fator imprescindível para o processo de análise é a relação do *discurso* com a noção de *sujeito*, que também recebe grande enfoque neste trabalho, na medida em que exploramos a construção do *sujeito-empendedor*. Mas, voltando à etapa de fundamentação, afirmamos que a relação entre *discurso* e *sujeito* se estrutura a partir de “um complexo processo de constituição” (ORLANDI, 2012, p. 21), ao passo que Orlandi (2012, p. 21), baseada nos escritos de Michel Pêcheux, define o *discurso* como “efeito de sentido entre interlocutores”. Dessa forma, percebemos que o *discurso*, na AD, é proposto como uma noção mais complexa do que o simples conceito *mensagem*, referido nos estudos informacionais, podendo se materializar nas mais diferentes textualidades, que vão além da restrição verbal, e através destas, fazer valer os sentidos produzidos.

2.2 Ideologia, Sujeito, Interpelação e Esquecimento

Conforme citado na seção anterior, o estudo da noção de *discurso* parte de uma compreensão da relação entre língua e ideologia na constituição dos efeitos de sentido que são produzidos através dos diferentes processos discursivos. Nesta seção, exploraremos a noção de *ideologia* para a AD, tal como sua relação constitutiva com o *sujeito* através do processo de *interpelação*.

Podemos dar seguimento à fundamentação teórica esclarecendo determinados aspectos da abordagem adotada acerca do conceito de *ideologia*. Dessa forma, é imperativo ressaltar que a noção de ideologia é compreendida, e reformulada, na AD, sob um viés teórico marxista, para o qual a ideologia é vista como “o sistema das ideias, das representações, que domina o espírito de um homem ou de um grupo social” (ALTHUSSER, 1970, p. 69). No entanto, é necessário delimitar que essa ideia de uma ideologia “geral” ou “pura” possui um caráter abstrato, tendo em vista que, tal como L. Althusser afirma, em sua obra *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado* (1970), o real de uma ideologia só pode ser identificado fora dela própria, isto é, na formação social do contexto sócio-histórico considerado. Logo, ao afirmarmos que a AD reformula a noção de ideologia desenvolvida no materialismo histórico, isto implica em considerar, também, as contribuições e estudos desse campo teórico com relação à formação social em que o processo ideológico é determinado.

Devemos salientar, então, que, tendo a teoria marxista como um de seus pilares teóricos, a AD compreende que os processos discursivos são produzidos sob uma formação social organizada em uma divisão de classes que estão em relação de antagonismo (luta de classes), sendo assim, uma formação social que serve de palco para uma conflituosa relação entre formações ideológicas antagônicas. A partir dessa concepção, e da compreensão de que a língua é a base material na qual se materializa o discurso, podemos perceber que os processos discursivos, em si, são constituídos de posicionamentos ideológicos conflituosos, tal como Pêcheux ([1975]/1995, p. 93) afirma:

Diremos que as contradições ideológicas que se desenvolvem através da unidade da língua são constituídas pelas relações contraditórias que mantêm, necessariamente, entre si os “processos discursivos”, na medida em que se inscrevem em relações ideológicas de classes.

Nessa perspectiva, se faz essencial a compreensão acerca do sujeito, que estando inserido na tal formação, (re)produz e produz-se no imbricamento entre esses diferentes discursos.

Primeiramente, devemos definir, sob os parâmetros teóricos da AD, qual concepção de sujeito é sustentada no processo de análise. Como mencionado anteriormente, o suporte teórico da Análise do Discurso conta com a contribuição da Psicanálise, principalmente em seus estudos acerca do inconsciente, através do qual, se estabelece uma contraposição à ideia estrutural do sujeito “concreto”, e fonte de seu dizer. No lugar desta, a AD, com base nos estudos de Lacan, propõe que o sujeito “é aquele do inconsciente estruturado como uma linguagem” (HENRY, 1997, p. 34) e prossegue afirmando que “a linguagem é a condição do inconsciente, aquilo que introduz para todo ser falante uma discordância com sua própria realidade”. Nesse sentido, podemos entender a tal “discordância com a realidade” como a relação imaginária entre o sujeito e a formação social na qual ele se encontra inserido, relação esta que se materializa pela e na linguagem.

Dentro dessa reflexão teórica acerca do inconsciente, é relevante destacar uma correlação deste com a noção de *ideologia*, que já foi explorada nesta seção. Primeiramente, podemos iniciar esse pensamento com a ideia proposta por L. Althusser (1970), de que a ideologia, por si só, não possui uma história, no sentido que ela não teria uma história própria dela mesma, mas sim, perpassaria toda a história, sendo definida pelo real, pela formação social pela qual ela é determinada. Nesse sentido, Althusser, com base nos apontamentos de Freud, destaca que esse mesmo aspecto *omni-histórico* também se aplica à ideia de “inconsciente geral”, que é *eterno*. O autor explica essa característica afirmando que “eterno não quer dizer transcendente à história (temporal), mas onnipresente, trans-histórico, portanto, imutável de sua forma ao longo da história” (ALTHUSSER, 1970, p. 75). Dessa forma, notamos que há uma correspondência entre duas noções essenciais na AD (ideologia e inconsciente), no sentido de que ambas possuem uma natureza que perpassa toda a história, na medida em que, por toda a história, atuaram no processo de constituição do sujeito.

Ainda nesse sentido, e não perdendo de vista as noções que serão apresentadas mais à frente nesta seção, podemos também citar a reflexão de Pêcheux ([1975]/1995, p. 133 – 134) acerca da relação entre *inconsciente* e *ideologia*, na qual os dois conceitos:

[...] estão materialmente ligados, sem estar confundidos, no interior do que se poderia designar como *o processo do Significante na interpelação e na identificação*, processo pelo qual se realiza o que chamamos as condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção³.

Assim, com a contribuição do campo da Psicanálise, temos a noção de inconsciente atuando como um fator constituinte do sujeito, uma vez que este se relaciona com a realidade por meio da linguagem. Além disso, percebemos, também, a correlação desse inconsciente com a constituição ideológica desse mesmo sujeito, na medida em que o funcionamento dessas duas noções constitui a base do fenômeno da *interpelação*, a ser explorado a seguir. Dessa forma, podemos, enfim, visualizar o sujeito como entendido pela AD: o sujeito ideológico, dotado de inconsciente, fruto de uma formação social estruturada sob a luta de classes, e que, enquanto sujeito falante, não é o dono de seus dizeres.

É com essa concepção de sujeito, e baseando-se nas teorias de L. Althusser, que a AD fundamenta uma teoria não-subjetivista da subjetividade, a qual, segundo Pêcheux ([1975]/1995, p. 133):

[...] designa os processos de ‘imposição/dissimulação’ que constituem o sujeito, ‘situando-o’ (significando para ele *o que ele é*) e, ao mesmo tempo, dissimulando para ele essa ‘situação’ (esse *assujeitamento*) pela ilusão de autonomia constitutiva do sujeito.

A partir dessa citação, podemos notar a presença do funcionamento de outras duas noções, essenciais para o desenvolvimento da teoria não-subjetivista da subjetividade, as quais são denominadas: *interpelação*, que mobiliza “a relação entre *inconsciente* (no sentido freudiano) e *ideologia* (no sentido marxista)” (PÊCHEUX, [1975]/1995, p. 133), descrevendo como o indivíduo, através da ideologia, é interpelado em sujeito. E, os *esquecimentos n°1 e n°2*, os quais dizem respeito à tal “ilusão de autonomia constitutiva” desse mesmo sujeito.

Com a finalidade de compreender melhor o processo de interpelação na constituição do sujeito, devemos nos voltar, primeiramente, para noção de Esquecimento, como estabelecida pela AD, pois é através desta que o indivíduo é interpelado dentro de determinada formação social. Nesse sentido, vamos destacar uma afirmativa de Pêcheux ([1975]/1995, p. 147), na qual este relembra a reflexão feita por E. Balibar:

³ A ideia de reprodução das relações de produção é parte fundamental da tese de Louis Althusser acerca dos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), que será explorada na seção seguinte.

[...] a relação de classes é dissimulada no funcionamento do aparelho de Estado pelo próprio mecanismo que a realiza, de modo que a sociedade, o Estado e os sujeitos de direito (livres e iguais em direito no modo de produção capitalista) são produzidos-reproduzidos como “evidências naturais”.

É relevante ressaltar o caráter “dissimulado” da relação de classes que o autor menciona no trecho citado, e que, de acordo com este, configura os sujeitos de modo que sejam produzidos-reproduzidos como evidências naturais. A “relação de classes” que Pêcheux ([1975]/1995) menciona, se trata, de fato, da relação ideológica conflituosa entre as classes burguesa e proletária no sistema capitalista e perpassa as diferentes esferas da sociedade, interpelando o indivíduo em sujeito de uma maneira dissimulada.

Essas reflexões resgatam os estudos da AD sobre a relação entre ideologia e inconsciente que apontam “o caráter comum das estruturas-funcionamentos designadas, respectivamente, como ideologia e inconsciente é o de dissimular sua própria existência no interior mesmo do seu funcionamento, produzindo um tecido de evidências ‘subjetivas’” (PÊCHEUX, [1975]/1995, p. 152). É a respeito dessa natureza dissimulada e ilusória da interpelação que tratam os chamados esquecimentos nº1 e nº2. Através destes, o sujeito possui uma falsa evidência que o faz se entender como origem de si mesmo e dos discursos por ele (re)produzidos. Essa concepção equivocada do sujeito de que ele é a única origem de seu dizer resulta no “esquecimento” de todo o contexto sócio-histórico que constitui o sujeito, suas ideias e seus dizeres.

A esse esquecimento, que diz respeito ao fato do sujeito não ser capaz de “se encontrar no exterior da formação discursiva⁴ que o domina” (PÊCHEUX, [1975]/1995, p. 173), foi designado o nome de esquecimento nº1. E, além deste, há o funcionamento de uma outra ilusão que se situa no campo da reformulação/paráfrase do processo de enunciação, através do qual o sujeito-falante tem a capacidade de selecionar “no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase” (PÊCHEUX, [1975]/1995, p. 173). Nota-se que, em relação ao esquecimento nº1, que abrange a zona inconsciente do sujeito, o esquecimento nº2 possui um caráter pré-consciente, no qual o sujeito-falante detém uma certa “liberdade” de escolha sob a formulação do enunciado. Logo, temos que a noção de esquecimento, para a AD, é estruturada a partir de dois processos distintos que constituem o sujeito-falante e dissimulam a relação deste com a formação ideológica pela qual se encontra interpelado.

⁴ A noção de formação discursiva será explorada na seção seguinte.

Esse processo de assujeitamento, tal como outras noções estabelecidas pela AD já exploradas nesse capítulo, confronta-se com a perspectiva da Linguística formalista que estabelece o sujeito-enunciador como a fonte única de significação do enunciado (nesse caso, do discurso). Afinal, ao considerarmos que as ideologias “não têm sua origem nos sujeitos” (PÊCHEUX, [1975]/1995, p. 129), mas sim, interpela os indivíduos em sujeitos, e os constitui, podemos explorar um novo panorama de análise para os mais diversos enunciados produzidos em diferentes aparelhos da sociedade. Sociedade esta que, como já apontado, é estruturada num sistema de produção que se configura a partir de uma relação conflituosa de classes, composta por sujeitos ideologicamente interpelados, e que assumem o papel de produtores e reprodutores de diferentes efeitos de sentido.

É com base nesse panorama teórico de sociedade (ou, formação social), que devemos voltar os olhares para o funcionamento das noções de *formação ideológica* (FI) e *formação discursiva* (FD), ambas já mencionadas nesta seção, e que participam da constituição ideológica do sujeito e seu papel e participação dentro da formação social em que está inserido. Além disso, a fim de prosseguir numa fundamentação para este trabalho que explore os desdobramentos da luta de classes na constituição do sujeito dentro da sociedade capitalista, daremos atenção, também, aos estudos de Louis Althusser (1970) acerca dos *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Os quais também foram analisados e referenciados por Michel Pêcheux ([1975]/1995), em suas reflexões sobre as noções de FI e FD.

2.3 Aparelhos ideológicos de Estado, Formação ideológica e Formação discursiva

Primeiramente, devemos compreender que, estando a sociedade organizada num sistema de produção capitalista que funciona a partir da exploração das classes trabalhadoras pelas classes dominantes, conseqüentemente, a ideologia dessa mesma parcela dominante constitui e funciona através dos vários mecanismos, ou aparelhos sociais (religião, educação, mídia, etc.). Nessa instância, recorreremos às reflexões de L. Althusser em sua obra *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado* (1970), na qual o autor explora a natureza e o funcionamento dos tais aparelhos, existentes na formação social capitalista, que são parte fundamental no fenômeno de *interpelação*. De acordo com Althusser (1970, p. 43), esses Aparelhos Ideológicos de Estado (doravante AIE) são diferentes “realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas”, tal como a escola (AIE escolar), a família (AIE

familiar), a igreja (AIE religioso) e a grande mídia (AIE da informação), à qual foi dado enfoque neste trabalho. Nessa perspectiva, percebemos que o termo “observador imediato”, utilizado por Althusser (1970), refere-se ao *sujeito*, que observa e tem sua formação inicial em pelo menos uma dessas diferentes instituições comportadas pelos AIE, os quais, apesar de possuírem divergências em suas estruturas e atuações, funcionam com uma finalidade comum: a *reprodução das relações de produção* (ALTHUSSER, 1970) através da noção de *ideologia*. Essas *relações de produção*, dizem respeito, justamente, às relações entre classes no sistema capitalista, através das quais ocorre as delimitações entre os papéis de empregado e patrão, explorador e explorado etc., que serão assumidos pelos sujeitos, ideologicamente constituídos através dos AIE.

Temos, então, que os AIE atuam de forma a reproduzir a ideologia dominante, que, num contexto de luta de classes, se refere à ideologia das classes dominantes detentora do poder de Estado, e, conseqüentemente, da disposição dos AIE. No entanto, isso não implica em dizer que os AIE são isentos do confronto entre classes que caracteriza a sociedade capitalista, pelo contrário, conforme afirma Althusser (1970, p. 49 – 50):

[...] os Aparelhos Ideológicos de Estado podem ser não só o alvo, mas também o local da luta de classes e por vezes de formas renhidas da luta de classes [...] por que a resistência das classes exploradas pode encontrar meios e ocasiões de se exprimir neles, quer utilizando as contradições existentes (nos AIE), quer conquistando pela luta (nos AIE) posições de combate.

Logo, percebemos que mesmo no contexto de hegemonia do sistema capitalista neoliberal e com os AIE operando para a reprodução da ideologia dominante, que interpela o indivíduo incluso nessas diferentes instituições como *sujeito*, ainda há a ocorrência de uma postura de oposição a esse sistema, as ideologias das classes dominadas, utilizando os mesmos AIE para a produção de discursos de resistência. Um exemplo desse processo, no qual ocorre a luta de classes, são as materialidades discursivas analisadas no presente trabalho, as quais utilizam de diferentes meios de informação (nesse caso, instituições comportadas pelo AIE de informação) para apresentar discursos antagônicos acerca do empreendedorismo.

Neste ponto, devemos refletir mais a respeito dessa instância ideológica, que funciona através desses aparelhos, voltando os olhares para sua materialidade concreta, pela qual a mesma se manifesta.

Podemos iniciar essa reflexão com a afirmativa de que, ao considerarmos a organização e o funcionamento da sociedade, não há uma “ideologia única” que atue

igualmente através de todos os *aparelhos ideológicos de Estado*, tal como afirma Pêcheux ([1975]/1995, p. 145):

[...] seria absurdo pensar que, numa conjuntura dada, *todos os aparelhos ideológicos de estado* contribuem *de maneira igual* para a reprodução das relações de produção e para sua transformação. De fato, suas propriedades “regionais” – sua especialização ‘evidente’ na religião, no conhecimento, na política, etc. – condicionam sua importância relativa (a desigualdade de suas relações) no interior do conjunto dos aparelhos ideológicos de Estado, e isso em função do estado da luta de classes na formação social considerada.

É a esse efeito de “especialização” da instância ideológica que se refere a *Formação Ideológica* (FI), pois, de fato, devemos considerar que a ideologia não se apresenta de uma maneira “crua”. Pelo contrário, é manifestada num contexto sócio-histórico único, dentro de uma conjuntura social específica e através de um aparelho ideológico de natureza definida (religião, política, educacional, etc.), logo, numa *formação* distinta. Nesse sentido, utilizamos a breve definição elaborada por Haroche, Pêcheux e Henry ([1971]/2007, p. 27) para caracterizar a noção de FI como:

[...] um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem “individuais” e nem “universais”, mas que se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classes* em conflito umas em relação às outras.

A partir dessa compreensão, devemos, então, explorar de que maneira essas diferentes FIs, que abrangem um aparelho ideológico específico dentro da sociedade, se materializam no discurso do sujeito-falante, que, estando inserido nesses aparelhos ideológicos, se encontra determinado pelas respectivas formações ideológicas.

Podemos iniciar com a delimitação de que, enquanto as FIs correspondem a um domínio abstrato, ou melhor, das representações, são as *formações discursivas* que correspondem ao campo da linguagem, dos sentidos materializados no discurso do sujeito. Com essa afirmação, é possível notar a existência de uma relação de subordinação entre as noções de FI e FD, relação esta que se constrói na medida em que as formações ideológicas comportam “como um de seus componentes, uma ou várias *formações discursivas* interligadas, que determinam *o que pode e deve ser dito* [...] a partir de uma posição dada numa conjuntura dada” (HAROCHE; PÊCHEUX; HENRY, [1971]/ 2007, p. 27).

A partir dessas considerações, é reforçada a perspectiva de que os diferentes sentidos, manifestados nos discursos dos sujeitos-falantes, são, de fato, determinados pelas formações ideológicas nas quais o tal sujeito se encontra envolvido (e,

consequentemente, pelas FDs comportadas nessas FIs), e sobre esse aspecto, Michel Pêcheux ([1975]/1995, p. 160) afirma que:

[...] o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma preposição, etc., não existe “em si mesmo” [...], mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e preposições são produzidas (isto é, reproduzidas).

Temos, então, que o efeito de sentido, produzido entre os sujeitos-enunciadores, sofre alterações em decorrência da FI que domina esses mesmos sujeitos.

E, justamente nessa determinação dos sentidos, ocorre o funcionamento da FD, que atua de forma a representar a formação ideológica na linguagem, operando na produção dos enunciados, não somente a um nível semântico “da natureza das palavras empregadas, mas também (e sobretudo) de construções nas quais essas palavras se combinam” (HAROCHE; PÊCHEUX; HENRY, [1971]/2007, p. 27). É assim que analisar-se-á, neste trabalho, a relação parafrástica entre os termos “trabalhador” e “empreendedor”.

A partir do entendimento das noções de formação ideológica e formação discursiva, podemos compreender que a interpelação do indivíduo em sujeito não ocorre de maneira “geral” e imprecisa, mas está determinada pelo contexto sócio-histórico e social no qual este se encontra inserido (e ideologicamente dominado), além de se materializar nos discursos desse mesmo sujeito, definindo o que este pode ou não enunciar.

É nesse âmbito do que “pode” e “não pode” ser dito em uma determinada formação discursiva, que se enfatiza a importância do funcionamento desta noção (de FD) para o procedimento metodológico de uma análise, tal como a que este trabalho propõe. Podemos afirmar que, tal como o *discurso* em si, a *formação discursiva* também é dotada de heterogeneidade devido à sua relação com a exterioridade, de forma que, “todo dizer é entendido como heterogêneo, pois é constituído na contradição dos processos discursivos. Os saberes de outra FD determinam a configuração daquela a partir da qual foi possível dizer x” (FERNANDES; VINHAS, 2019, p. 148). Dessa forma, percebemos que os efeitos de sentido produzidos sob determinada FD, estabelecem relações com outras FDs, relações estas que devem ser exploradas durante o processo analítico, assim como dito por Indursky (2005, p. 9):

[...] trabalhar com uma FD dotada de tais características coloca o analista de discurso face à agitação e tensão dos sentidos de um -domínio de saber e seu gesto de individualização de uma FD consiste já em um gesto de interpretação analítica. Este momento se constitui em um gesto metodológico.

A partir dessas reflexões, percebemos que, em um trabalho que se propõe a analisar discursos provindos de formações ideológicas distintas acerca de um tema delimitado, o “gesto metodológico” de considerar as confrontações entre as FDs divergentes é essencial para a compreensão destas, bem como do processo discursivo.

Dessa forma, temos explorado o funcionamento da interpelação dos indivíduos em sujeitos (nos AIE) por meio da ideologia, a qual se configura em formações ideológicas específicas para diferentes sujeitos. Também apontamos os desdobramentos desse assujeitamento na linguagem através das FDs, que possuem importância, não apenas teórica, mas metodológica para a análise realizada. Resta, então, detalhar os procedimentos metodológicos que foram empregados nesse processo teórico-analítico.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Ao realizar um trabalho embasado teórica e metodologicamente na Análise do Discurso, consideramos que esta se caracteriza por ser uma disciplina não-positivista que não se ampara em métodos quantitativos ou qualitativos para a construção de seu *corpus* de análise. Nesse sentido, consideramos que não há “níveis de análise, nem etapas pré-definidas, há um objeto a ser explorado, e a partir dele, se constrói os caminhos tendo por norte a teoria” (FERNANDES; VINHAS, 2019, p. 143).

Essa “não-uniformidade” do processo metodológico da AD pode ser atribuída, em grande parte, à natureza heterogênea do próprio objeto de estudo da disciplina, o *discurso*, que, uma vez que é compreendido como *efeito de sentido entre interlocutores* (ORLANDI, 1998, p. 17), ultrapassa as fronteiras da linguagem verbal, podendo se manifestar através de materialidades sonoras, imagéticas, etc. Logo, o analista do discurso, diante da materialidade discursiva que compõe seu *corpus*, deve se envolver em um complexo processo de “descrição e interpretação em diálogo com a teoria” (FERNANDES; VINHAS, 2019), o qual estará intimamente ligado às condições de produção do discurso em questão, e também, à temática do estudo realizado, delimitada pelo próprio analista. É por meio desses procedimentos interpretativos, guiados pela teoria, que se entende, na AD, o que se chama de Dispositivo Teórico-Analítico, o qual voltará a ser citado mais adiante.

Outro aspecto a ser considerado, em relação aos procedimentos metodológicos e analíticos da AD, é o fator ideológico e sócio-histórico que constitui a materialidade discursiva analisada. Conforme exposto no capítulo anterior, a noção de *discurso* é elaborada tendo em vista a intrínseca relação da linguagem com a exterioridade, logo, é imperativo que tal relação seja explorada nas materialidades significantes que compõem a pesquisa. Nesse sentido, durante o exercício de análise, é preciso que encaremos o discurso para além dos enunciados “imediatos” que compõem o *corpus*, buscando compreender como seus sentidos estabelecem relação com outros discursos, estendendo o foco (por intermédio da teoria) ao âmbito das formações discursivas e, mais profundamente, das formações ideológicas que possibilitaram tal enunciação.

Além disso, julgamos relevante, também, explorar a noção de *recorte*, sob a perspectiva da AD, considerando a importância desta para a constituição do *corpus* discursivo que foi analisado. Dessa forma, embasamo-nos nas reflexões feitas por Eni Orlandi, nas quais a autora afirma:

O recorte é uma unidade discursiva. Por unidade discursiva entendemos fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação. Assim, o recorte é um fragmento da situação discursiva (ORLANDI, 1984, p. 14).

Diante dessa definição, podemos afirmar que a noção de *recorte* possui uma relevante utilidade metodológica na construção do *corpus*, na medida em que permite que o analista delimite as sequências discursivas que contemplam o tema da análise, frente à amplitude do arquivo⁵ de pesquisa.

A respeito das *sequências discursivas* (SDs), mencionadas anteriormente, vale salientar que estas são compreendidas com base na definição dada por Courtine ([1981]/2009, p. 55 *apud* FERNANDES; VINHAS, 2019, p. 142), que coloca as SDs como “sequências orais ou escritas de dimensão superior à frase”. Assim, nos apoiaremos nas reflexões de Fernandes e Vinhas (2019), que ampliam esse conceito ao considerarem a ocorrência de SDs não verbais (como imagens), frente à amplitude de formas das materialidades discursivas.

Diante dos aspectos destacados acerca dos procedimentos metodológicos de análise, podemos, então, detalhar os passos adotados na construção do dispositivo teórico-analítico do presente trabalho.

A partir do nosso objetivo, de analisar o funcionamento do discurso sobre o empreendedorismo dentro do sistema neoliberal, estruturamos nosso *corpus* de análise partindo de um recorte temático, contando com uma série de textos, disponíveis em diferentes tipos de mídia, que trazem diferentes perspectivas acerca da atividade compreendida como empreendedora.

Em seguida, organizamos esse *corpus* discursivo em dois momentos de análise, cada um contendo recortes nos quais identificamos formações discursivas específicas, que constituem posicionamentos distintos diante do empreendedorismo. Nesse sentido, investigamos como os processos discursivos são mobilizados nas materialidades textuais, de forma a estabelecerem relação com contexto sócio-histórico do sistema hegemônico neoliberal (o qual serviu de base para difusão do discurso empreendedor), já que, de acordo com Beck *et al.* (2019, p. 164 – 165) consideramos que:

⁵ Para a construção do *corpus* discursivo deste trabalho, partimos de uma concepção de arquivo tal como Pêcheux (1994, p. 3) descreve amplamente: “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”.

Essas relações textuais representadas são objeto de uma investigação que, no seu horizonte, se voltam à concretude de uma interlocução, de uma interpretação histórica e linguisticamente realizada, configurando um fato ao mesmo tempo linguístico, enunciativo, discursivo e histórico, que extrapola a consciência que os indivíduos possam ter de suas práticas languageiras, como extrapola também a situação imediata da interlocução e sua dimensão pragmática.

Dessa forma, a análise das materialidades textuais, bem como de seus desdobramentos discursivos em torno do empreendedorismo, está disposta na seguinte organização:

1- Primeiro momento:

Começamos pela análise de um conjunto de SDs, que, nessa instância, produzem um discurso de apoio e incentivo aos sujeitos que buscam embarcar na atividade empreendedora, colocando essa última como uma alternativa inovadora frente à questão do desemprego e de outros problemas da sociedade, ou como forma de ampliar os horizontes de sua carreira profissional.

Assim, para a composição desse momento do processo analítico, selecionamos, como recortes, duas notícias (anexos 1 e 2), a primeira, publicada no *site* Época Negócios em 2019 “Empreendedorismo cresce acima de emprego e ocupação”, e outra publicada no G1 pelo programa Pequenas Empresas & Grandes Negócios em 2021 “Franquia de baixo investimento pode ser opção para quem está desempregado”.

Além disso, analisamos também, nesse primeiro momento, duas SDs compostas por anúncios publicitários, sendo um deles de uma postagem do *site* *Linhares Branding & Design*, que visa oferecer pequenas dicas para microempreendedores em busca de ampliar seus negócios, e a outra, de um anúncio do programa Empreenda Santander 2K17, que oferece a oportunidade de estudantes universitários e pequenos empreendedores adentrarem no “mundo dos negócios”.

2- Segundo momento:

Prosseguimos, então, com as análises dos recortes selecionados, a partir de um segundo grupo de SDs que nos sugerem uma formação discursiva que questiona o discurso do empreendedorismo. Nesse caso, as materialidades textuais analisadas apontam a tendência empreendedora como sendo uma manifestação da ideologia neoliberal, inclusive, associando-a à crescente onda de precarização das condições de trabalho que afeta a realidade do sujeito-trabalhador.

Nessa instância, temos como recortes para análise, nesse segundo momento, uma notícia publicada em 2020 pelo *site* Mídia Ninja (anexo 3): “Greve dos entregadores de *apps* expõe os riscos e precarização do serviço”, além de duas charges que utilizam tanto da linguagem verbal, quanto a não-verbal, na materialização de um discurso contrário ao empreendedorismo.

4 DISCURSOS SOBRE O EMPREENDEDORISMO

No presente capítulo, realizamos uma análise a partir de diferentes discursos acerca do empreendedorismo, considerando as materialidades textuais presentes na mídia, das quais foram selecionadas as SDs que compõem o *corpus* de análise. Para tal, destinamos a primeira seção à constituição de um panorama teórico acerca do modelo econômico e da ideologia neoliberal, no que diz respeito à maneira como este “impõe a lógica capitalista não apenas na economia e na política, mas também na sociedade, adentrando nas relações sociais” (LAVAL, 2018). Dessa forma, buscamos compreender como o neoliberalismo atua para tornar o meio socioeconômico propício para a produção do discurso empreendedor, além de operar na construção da posição-sujeito a qual chamaremos nesta instância de “sujeito-empendedor”. Com base nessa compreensão, prosseguiremos, na seção seguinte, aos dois distintos momentos de análise, nos quais examinaremos discursos produzidos a partir de dois conjuntos de SDs, sendo um destes, favorável ao empreendedorismo, e outro que o denuncia como sendo um desdobramento da perda de direitos do sujeito-trabalhador.

4.1 O sistema neoliberal como terreno fértil para o empreendedorismo

A partir da grande crise capitalista de 1930, que registrou inviabilidade do liberalismo clássico e de suas leis dogmáticas de não-intervenção estatal no mercado (*Laissez Faire*⁶), os pensamentos neoliberais vieram emergindo, sobretudo, como uma forma de “refundação intelectual” acerca do modo de agir do capitalismo (DARDOT; LAVAL, 2016). Nesse sentido, devemos destacar que a tal “queda do liberalismo” está intimamente ligada com a inadequação desse modelo, o qual pregava a total liberdade do mercado sem regulamentação governamental, frente às constantes reivindicações da esfera social, tais como direitos trabalhistas, manutenção da ordem e outras funções ligadas a uma concepção de Estado cuidador. É nesse contexto que o neoliberalismo foi se constituindo, não com o objetivo de trair os interesses liberais clássicos (em termos de acúmulo de capital e defesa da propriedade privada), mas para defendê-los sob um funcionamento adaptado às novas realidades sociais e econômicas. Sobre essa mudança em relação ao liberalismo, Galvão (2008, p. 149) aponta que:

⁶ O termo em francês, que significa “deixe fazer”, se tornou um dos símbolos do liberalismo clássico, sendo utilizado para representar o modelo de não-intervenção estatal na economia.

[...] termo neoliberalismo vem sendo utilizado para se referir a um novo tipo de ação estatal, a uma nova configuração da economia, a um novo tipo de pensamento político e econômico, que guarda algumas relações com o liberalismo clássico, ao mesmo tempo em que apresenta um certo número de inovações.

Nessa lógica, o neoliberalismo estabeleceu um rompimento com os valores liberais clássicos no sentido de que suas preocupações não são voltadas puramente às questões econômicas de mercado, mas também para a figura do Estado, que assume um papel “regulador e redistribuidor” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 60) dentro de uma “governamentalidade neoliberal”. Nesse sentido, um dos principais deslocamentos realizados por essa forma de governo neoliberal foi uma mudança de foco das preocupações políticas, antes centradas nas questões do mercado privado, mas que voltaram o olhar para “a sociedade, quer dizer, as relações sociais, as sociabilidades, os comportamentos dos indivíduos etc.” (COSTA, 2009, p. 174). É a partir desse aspecto social, e comportamental, das políticas neoliberais que podemos refletir acerca do processo de subjetivação dos indivíduos dentro do sistema capitalista, o qual serve de base para a interpelação destes em sujeitos-empresendedores.

Nessa instância, devemos observar que, na ótica neoliberal, não ocorre uma separação entre interesses econômicos e sociais, mas sim, uma confluência entre os mesmos, de maneira que o sujeito agrega os valores do mercado privado (e logo, do capital) às suas próprias relações sociais, conforme aponta Dardot e Laval (2016, p. 140):

O mercado é concebido, portanto, como um processo de autoformação do sujeito econômico, um processo subjetivo autoeducador e autodisciplinador, pelo qual o indivíduo aprende a se conduzir. O processo de mercado constrói seu próprio sujeito. Ele é auto *construtivo*.

Dessa forma, o sistema neoliberal estabelece uma relação entre o funcionamento das instituições de mercado e a ação individual do sujeito, construindo um imaginário sob o qual este:

[...] se reconhece (e aos outros) como uma microempresa; e, portanto, nessa condição, a ver-se como entidade que funciona sob o imperativo permanente de fazer investimentos em si mesmo - ou que retornem, a médio e/ou longo prazo, em seu benefício - e a produzir fluxos de renda, avaliando racionalmente as relações de custo/benefício que suas decisões implicam (COSTA, 2009, p. 177).

Ainda sobre essa subjetivação (ou interpelação) que ocorre no neoliberalismo, levando o sujeito a transferir os processos e a lógica econômica do livre mercado para sua própria existência social, vale ressaltar o destaque dado ao conceito de *relações de concorrência*,

o qual é constantemente explorado na ideologia neoliberal no que diz respeito aos vínculos entre os sujeitos, conforme afirma Costa (2009, p. 178):

Esses processos e políticas de subjetivação, traduzindo um movimento mais amplo e estratégico que faz dos princípios econômicos (de mercado) os princípios normativos de toda a sociedade, por sua vez, transformam o que seria uma sociedade de consumo numa sociedade de empresa (sociedade empresarial, ou de serviços), induzindo os indivíduos a modificarem a percepção que têm de suas escolhas e atitudes referentes às suas próprias vidas e às de seus pares, de modo a que estabeleçam cada vez mais entre si relações de concorrência.

Essa lógica do incentivo à concorrência esteve presente desde o pensamento liberal clássico, no entanto, passou por reformulações no decorrer do desenvolvimento da teoria neoliberal com a influência de economistas de diferentes grupos, tais como a Escola de Chicago⁷. No contexto socioeconômico mais atual, o qual é mais relevante para as análises deste trabalho, a questão da concorrência é apresentada de forma a produzir um sentido de adaptação por parte do sujeito, um incentivo através do qual é possível “promover o progresso técnico e permitir que cada um dê o melhor de si” (GUILBERT, 2020, p. 95).

É nesse contexto de subjetivação do indivíduo, através do ambiente competitivo do mercado, que surge o termo *entrepreneurship*, o empreendedorismo, que se refere ao governo de si, ocorrendo através de processos criativos nos quais o sujeito age de forma singular para maximizar seus lucros, utilizando desse livre mercado como um meio propício para tal. É interessante ressaltarmos que, referente ao sistema de produção capitalista, o sujeito-empresendedor não ocupa, necessariamente, uma posição pertencente às classes dominantes (burguesia), podendo se apresentar como um sujeito-trabalhador que embarca nesse rumo com expectativas de ascensão social, tal como afirma Dardot e Laval (2016, p. 145):

O empreendedor não é um capitalista ou um produtor nem mesmo o inovador *shumpeteriano* que muda incessantemente as condições de produção e constitui o motor de crescimento. É um ser dotado de espírito comercial, à procura de qualquer oportunidade de lucro que se apresente e ele possa aproveitar, graças às informações que ele tem e os outros não.

Podemos, inclusive, notar a menção a um caráter “espiritual” ou “intrínseco” sendo atribuído à capacidade de empreender, no sentido de que “todo indivíduo tem algo de

⁷ Nome dado ao grupo formado por economistas e professores provindos de diversas universidades, mas principalmente da Universidade de Chicago, que defendeu os ideais do neoliberalismo e alcançou uma influência mundial, assim dando origem à escola de pensamento econômico que carrega o mesmo nome.

empreendedorístico dentro dele, e é característica da economia de mercado liberar e estimular esse ‘empreendedorismo’ humano” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 145).

É possível estabelecer uma relação desse “governo de si”, promovido através do discurso favorável ao empreendedorismo, com a “ilusão de autonomia constitutiva” do sujeito, refletida no funcionamento dos esquecimentos nº1 e nº2, e que ocorre pela “relação entre inconsciente (no sentido freudiano) e ideologia (no sentido marxista)” (PÊCHEUX, [1975]/1995, p. 133). Neste caso, nos interessa a atuação do esquecimento nº1, referente à ilusão de que “o sujeito é a fonte de seu próprio dizer”, apagando o fato de que esse sujeito é resultante de um processo sócio-histórico e ideológico, ao passo que Pêcheux ([1975]/1995, p. 157) atribui o nome de Efeito Münchhausen a esse “efeito *fantástico*”, em referência ao “imortal Barão que se levanta nos ares puxando-se pelos próprios cabelos”. Dessa forma, notamos que a ideia de que “o empreendedor governa a si mesmo de maneira inovadora no mercado”, produz um efeito de sentido que dissimula o sujeito-empendedor de toda a estrutura econômica e governamental que viabiliza (e incentiva) essa formação.

Ainda a respeito do tratamento dado à questão do empreendedorismo pelo sistema capitalista neoliberal, é pertinente observar uma menção, recorrente, ao conceito de *liberdade*, o qual é associado ao sujeito-empendedor. Nesse sentido, a “*liberdade econômica* seria, portanto, a deliberação do indivíduo que visa à maximização de sua utilidade” (FRANCO *et al*, 2021, p. 59), ou seja, o sujeito estaria exercendo sua liberdade individual ao utilizar os mecanismos do livre mercado para avançar em sua formação empreendedora.

Esse sentido de liberdade, defendido pelo discurso pró-empendedorismo e atribuído à liberdade econômica do sujeito, coloca a figura do Estado como uma força limitadora. Enquanto no liberalismo clássico a alegação era de que o Estado não deveria intervir na economia, o neoliberalismo coloca como questão: “diferenciar as intervenções legítimas das ilegítimas” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 158). Logo, devemos examinar qual a natureza da intervenção estatal que ocorre no sistema neoliberal, que possui seus desdobramentos na configuração da liberdade econômica do sujeito em exercer a atividade empreendedora.

4.1.1 Os aparelhos de Estado e a ideologia neoliberal no contexto brasileiro

Nessa instância, traremos esse estudo acerca das formas de intervenção governamental no neoliberalismo para um contexto nacional, considerando a relação direta do mesmo para com as análises realizadas neste trabalho.

No que se refere à atuação do neoliberalismo no Brasil, devemos ter em vista as diferentes reformas de cunho pró-capital, sob as quais o Estado brasileiro foi articulado diante do interesse do mercado privado. Nesses termos, podemos iniciar esse panorama a partir do avanço substancial do neoliberalismo que ocorreu nos anos 90, mais especificamente no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002), que foi marcado:

[...] pelas medidas de diminuição das funções estatais, pelo amplo processo de privatizações, terceirizações, configurando-se em um modelo de Estado que se torna mínimo para o trabalho e máximo para as questões relacionadas ao Capital financeiro (HOFF; BELLINI, 2020, p. 199).

Essas medidas representaram um retrocesso em relação às políticas voltadas à esfera social, e podem ser apontadas como desdobramentos da ideologia neoliberal, e de uma formação discursiva favorável à submissão do Estado às esferas privadas.

Diante da tal onda de privatizações, e com o desmonte dos mecanismos estatais (tais como saúde e outros serviços públicos), o setor privado passa por um significativo crescimento, e acúmulo de capital, o que causa impactos não somente econômicos, mas também ideológicos, gerando posicionamentos “que relacionam o Estado ao ‘mau e ineficiente’” ao passo que exaltam as virtudes do setor privado (HOFF; BELLINI, 2020, p. 204).

Com isso, notamos que ocorre uma reprodução do discurso neoliberal no contexto socioeconômico brasileiro, gerando a glorificação da ideia de livre mercado como ambiente competitivo, protagonizado por acordos com o setor privado. Tais acordos, contrariamente ao que seria esperado, foram realizados pelo próprio governo federal, que, nessa instância, representa o Estado, mas acaba representando, também, o interesse das classes dominantes, já que como afirma Althusser (1970, p. 31), o Estado, atuando por meio de seus aparelhos, funciona como uma “máquina” que trabalha para assegurar o domínio sobre as classes trabalhadoras. Atuação esta que se mantém ativa no neoliberalismo, e que pode se materializar através dos desmontes de setores públicos, protagonizados por governamentalidade que se ampara na ideologia neoliberal.

Podemos relacionar a postura “autodestrutiva” do setor estatal às reflexões feitas por Dardot e Laval (2016, p. 15) acerca do intervencionismo no governo neoliberal:

Se admitirmos que sempre há ‘intervenção’, esta é unicamente no sentido de uma ação pela qual o Estado mina os alicerces de sua própria existência, enfraquecendo a missão do serviço público previamente confiada a ele. ‘Intervencionismo’ exclusivamente negativo, poderíamos dizer, que nada mais é que a face política ativa da preparação da retirada do Estado por ele próprio, portanto, de um anti-intervencionismo como princípio.

Um outro modelo dessa relação Estado – Mercado foi estabelecido a partir dos anos 2000, compreendido nos governos de Luís Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff, os quais se configura a partir das “parcerias” entre os setores público e privado. Esses acordos entre diferentes setores vieram a caracterizar um “Estado regulador e investidor, de disciplina fiscal e monetária e com vasto programa de transferência de renda, o que caracteriza o modelo desenvolvimentista renovado” (HOFF; BELLINI, 2020, p. 202). No entanto, esse molde não se afasta dos princípios que sustentam a ideologia neoliberal, tendo em vista que representa “um Estado capturado pelo capital especulativo-parasitário, que determina a própria lógica da governabilidade no país” (ALVES, 2014 *apud* HOFF; BELLINI, 2020, p. 201).

A partir dessa governamentalidade neoliberal desenvolvimentista, nota-se um retorno do enfoque aos serviços públicos, porém, sob uma “nova roupagem”, incorporando “a lógica do mercado e surgindo através de parcerias do Estado com instituições do terceiro setor [*Instituições Filantrópicas, convênios público-privado, Fundações, etc.*], não governamentais” (ALVES, 2014 *apud* HOFF; BELLINI, 2020, p. 202, *grifos* das autoras). Como consequência desse novo formato, percebemos que as políticas públicas são submetidas a uma mercantilização, a qual converte os a garantia de direitos sociais em um acesso a mercadoria. Logo, o que, de fato, ocorre nesse desenvolvimentismo é uma ampliação do poder de compra das classes trabalhadoras, mas de forma que o aparelho do Estado permaneceu intacto, preservando a relação exploradora entre as classes no sistema de produção capitalista.

O cenário socioeconômico brasileiro sofre outras alterações significantes com o controverso *impeachment* de Dilma Rousseff, que resultou no início do governo de Michel Temer, o qual é marcado por reformas que representaram, de certa forma, um retorno à modelagem neoliberal dos anos 90. Nesse sentido, a adoção de políticas desenvolvimentistas deu lugar à medidas que, com o “argumento de retomar o crescimento econômico” do país, vieram a limitar os gastos públicos, “diminuindo o

Estado e impedindo que o sistema constitucional de proteção social (que inclui saúde, previdência e assistência social) funcionasse de maneira adequada às necessidades da população (SOUZA; HOFF, 2019, p. 9). Com isso, as camadas populares menos favorecidas, que, nos anos anteriores, experienciaram um aumento em sua capacidade de consumo e políticas voltadas à esfera social, adentram em um período assinalado por um aparelho de Estado que as destitui seus direitos constitucionais em prol dos interesses das classes dominantes.

Essa forma mais agressiva da governamentalidade neoliberal se manteve com ascensão de Jair Bolsonaro à presidência, num modelo de Estado que suprime, gradativamente, o aspecto “democrático” que o neoliberalismo assumia nos governos anteriores, agora manifestando “tendências nacionalistas, autoritárias e xenóforas até o ponto de assumir a referência ao fascismo” (DARDOT; LAVAL, 2019, p. 7). Devemos observar, entretanto, que apesar de adotar uma postura conservadora, com apologias fascistas e de ataque às instituições, o governo Bolsonaro, e outros que também formam essa onda antidemocrática:

[...] não se opõem em nada ao neoliberalismo como modo de poder. Ao contrário, reduzem os impostos para os mais ricos, cortam os subsídios sociais e aceleram as desregulamentações, particularmente em matéria financeira e ambiental. Estes governos autoritários, dos quais a extrema direita cada vez mais faz parte, assumem na realidade o caráter absolutista e hiperautoritário do neoliberalismo (DARDOT; LAVAL, 2019, p. 7).

Essa configuração evidencia a plasticidade que o modelo econômico neoliberal possui, no sentido de se adaptar a diferentes perfis governamentais (mesmo sob um aspecto antidemocrático), enquanto preserva os interesses que sustentam o meio de produção capitalista.

Além disso, a partir desse panorama da governamentalidade neoliberal no Brasil, observamos a formação do contexto socioeconômico no qual o empreendedorismo vai sendo usualmente tido como alternativa de atividade por parte do sujeito-trabalhador, frente à desestruturação de algumas políticas sociais ligadas aos direitos trabalhistas.

Em virtude das reflexões desenvolvidas, notamos que o sistema neoliberal, apesar de sua variedade de formas, e de suas distinções com o liberalismo clássico em relação ao papel e à postura do Estado, mantém-se fiel ao sistema de produção capitalista no que diz respeito à preservação do capital privado. Nessa conjuntura, o Estado é colocado como uma instituição reguladora que intervém de maneira a desarticular seus próprios serviços, logo, se apresentando ao sujeito-empendedor como um serviço “intencionalmente

precário”, que promove, como única alternativa viável, a formação empreendedora através do livre mercado, conforme aponta Safatle (2021, p. 25):

[...] para que a liberdade como empreendedorismo e livre-iniciativa pudesse reinar, o Estado deveria intervir para despolitizar a sociedade, única maneira de impedir que a política intervisse na autonomia necessária de ação da economia.

Podemos associar esse papel despolitizador, protagonizado pelo Estado, à ação do AIE de informação, o qual possui uma participação essencial dentro da governamentalidade neoliberal, promovendo uma formação discursiva favorável a um sujeito-empendedor e empresário de si frente à inoperância do setor estatal. Essa promoção ocorre através de diferentes tecnologias disponíveis nas instituições constitutivas do AIE de informação, que atuam se apresentando ao sujeito, principalmente, como diferentes tipos de mídia, constituindo, assim, parte essencial da estratégia que visa transpor conceitos econômicos para a esfera das relações sociais, conforme afirma Costa (2009, p. 178):

[...] trata-se, em última instância, de um tipo de governamentalidade que busca programá-los e controlá-los em suas formas de agir, de sentir, de pensar e de situar-se diante de si mesmos, da vida que levam e do mundo em que vivem, através de determinados processos e políticas de subjetivação: novas tecnologias gerenciais no campo da administração (*management*), práticas e saberes psicológicos voltados à dinâmica e à gestão de grupos e das organizações, propaganda, publicidade, *marketing*, *branding*, literatura de autoajuda etc.

É a partir desse funcionamento da mídia neoliberal, por meio do AIE de informação, que são construídas materialidades textuais tais quais as que analisamos mais diante, observando os efeitos de sentido produzidos e os fundamentos da ideologia neoliberal que são reproduzidos através dos mesmos.

4.2 Uma análise do discurso pró-empendedorismo

Para este primeiro momento de análise, com o enfoque em examinar como é formulada a formação discursiva pró-empendedorismo, através dos veículos da grande mídia neoliberal, selecionamos textos que circulam nas esferas jornalística e publicitárias. Essas materialidades textuais alcançam o sujeito-trabalhador em seu cotidiano, promovendo a atividade empreendedora como uma alternativa libertadora frente às atuais crises que atingem a sociedade brasileira. Nesses termos, iniciamos com a análise de discursos produzidos através de dois textos jornalísticos de veículos da mídia tradicional, atentando-nos para o direcionamento dado pela formação discursiva e levando em conta

o jornalismo enquanto “sistema organizado” que “traz em si a marca de ser disseminador de leituras de mundo, transformadas em discurso” (SCHWAAB, 2007, p. 12). Dessa maneira, buscamos interpretar como a ideologia neoliberal se materializa nesses textos direcionados ao sujeito-trabalhador.

4.2.1 O empreendedorismo como alternativa libertadora

A primeira série de sequências discursivas a serem examinadas, no intuito de se compreender a construção da FD pró-empendedorismo, foram retiradas de uma notícia do *site* Época Negócios (anexo n. 1), publicada em julho de 2019, intitulada “Empendedorismo cresce acima de emprego e ocupação”, além disso, notamos, também, a presença do subtítulo “Novos negócios tentam inovação e solução de problemas da sociedade”. Com essa manchete, já é possível vislumbrar o direcionamento dado à natureza da atividade empreendedora, no sentido de que esta não é entendida como um *emprego*, e sequer como uma *ocupação*, configurando sua própria forma de trabalho.

Essa disparidade entre os termos pode ser traduzida a partir das reflexões de Guimarães (2020, p. 223) acerca dos diferentes sentidos de *trabalho*, que:

[...] numa perspectiva materialista, está associado a emprego ou falta deste; está associado a um vínculo trabalhista, à exploração da força de trabalho, à produção do mais-valor, à aposentadoria. Se considerar outra concepção da realidade, o trabalho, na perspectiva do liberalismo, especificamente o atual neoliberalismo, está associado ao empreendedorismo, à meritocracia, que remete a uma relação individual de ajuste das condições de produção da sociedade.

A partir dessa afirmativa, podemos considerar que o conceito de emprego, associado a *vínculo empregatício* materializa a relação de exploração entre as classes do sistema de produção capitalista, mas também pode remeter à garantia de direitos e de amparo ao sujeito-trabalhador, tal como a aposentadoria, mencionada pela autora. Ao passo que o termo *empendedorismo* remete ao discurso neoliberal de exaltação do individualismo e competição no livre-mercado, dessa forma, estabelecendo a diferença de sentido entre essas duas formas de trabalho, que, inclusive é materializada verbalmente no texto jornalístico em questão.

A notícia segue, então, com a apresentação de um panorama sobre como a atividade empreendedora ganhou força e adesão em relação ao emprego formal, citando dados estatísticos oficiais para comprovar e reforçar sua tese (anexo 1): “entre dezembro e julho, o número total de microempreendedores individuais passou de 7,7 milhões para

mais de 8,5 milhões de pessoas (alta de 10,9%). Em período próximo, a taxa de desocupação do IBGE (emprego formal e informal) aumentou de 11,6% (trimestre outubro a dezembro de 2018) para 12,3% (trimestre de fevereiro a abril de 2019)”.

Nesse mesmo direcionamento, a notícia menciona, como exemplo, uma fábrica recém-criada (a partir de uma ação empreendedora) que obteve um desempenho positivo em seus negócios de aluguel de motocicletas para outras empresas que utilizam o serviço de motoboy. De acordo com a notícia, a iniciativa da fábrica em questão representa uma alternativa viável para as empresas que utilizam o recurso frente ao aumento do preço dos combustíveis no Brasil, e, nesse sentido, um dos empreendedores sócios da fábrica afirma:

SD 01: “É um excelente momento para iniciar esse empreendimento”, garante Diogo Lisito, 30 anos, um dos três sócios fundadores da empresa que administram o negócio. ‘Quando leio notícias de que o país está em recessão, eu enxergo como responsabilidade minha ajudar o país a sair da crise’, disse ao comentar que a linha de produção tem dez engenheiros trabalhando diretamente nas motos e deverá contratar mais gente.

Com essa SD, podemos destacar que o sujeito-empendedor demonstra uma postura de responsabilidade, ou comprometimento, com relação ao seu papel na sociedade, tal como da função exercida por sua empresa recém-criada. Nesse ponto, o sujeito reproduz dizeres advindo da formação discursiva que coloca a figura do empreendedor como um indivíduo criativo, que utiliza do livre-mercado como estímulo para ampliar seus lucros. Além disso, também é possível perceber uma FD que projeta, no sujeito-empendedor, uma presença salvadora, ou, que representa a esperança frente aos momentos de crise da sociedade, conforme o sujeito enunciador afirma enxergar como sua *responsabilidade, ajudar o país a sair da crise*. Esse discurso reforça os preceitos individualistas da ideologia neoliberal, no sentido de que a responsabilidade pelo bem-estar social é transferida do Estado para a iniciativa privada, colocando o indivíduo autogovernado na vanguarda pela busca de soluções para os tempos de crise.

Um outro aspecto relevante a ser destacado nessa SD é que o sujeito-empendedor em questão também pode ser entendido como um sujeito-empresário, tendo em vista a natureza e extensão de seu negócio. Essa condição pode ser associada ao posicionamento da notícia que atribui a esse sujeito empresário/empendedor a qualidade de ser um “gerador de empregos”, reproduzindo o discurso neoliberal que exalta as ações da iniciativa privada.

Ainda nessa notícia, um ponto ao qual foi dado destaque é o emergente crescimento da criação de *Startups*, as quais são apresentadas conforme aponta o texto:

SD 02: *A fábrica de Lisito e sócios forma o contingente de empresas inovadoras, definidas como startup: iniciativa de baixo custo e de base tecnológica, cujo modelo de negócio tem potencial de ganho de escala. Essas empresas estão surgindo no país em um momento em que muitas pessoas comuns tentam a oportunidade de ter um negócio próprio em época de alta do desemprego.*

Uber, Google e Ifood são alguns exemplos desse modelo, relativamente novo, de empresas que se tornaram referências no ambiente competitivo do livre mercado, e representam, de acordo com Abílio (2017), uma “combinação contemporânea entre inovação, empreendedorismo e um amplo mercado de fundos de investimento”. A autora (2017) também atribui às *startups* a capacidade de dar materialidade ao “espírito empreendedor do capitalista contemporâneo e a um novo formato de futuras corporações”, no sentido de que tais empresas surgem de iniciativas espontâneas, e até informais, a partir da criatividade dos sujeitos-empresendedores, e utiliza como exemplo, a empresa *Uber*, fundada:

[...] em 2008, quando dois amigos iluminados, andando nas ruas de Paris, se deram conta de que a dificuldade para conseguir um táxi era em realidade um belo nicho de mercado. Lançada no mercado em 2010, a empresa hoje atua em 540 cidades pelo mundo. Em 2016 seu valor de mercado era de mais de 64 bilhões de dólares (ABÍLIO, 2017).

Podemos notar que essa concepção acerca da estruturação e funcionamento das *startups* amparou o posicionamento sustentado pela notícia da *Época Negócios* (2019) através da forma que esta aborda os impactos e desdobramentos que essa nova leva de empreendimentos causa numa sociedade brasileira em crise, conforme apontam as sequências a seguir:

SD 03: *“No momento de crise, você encontra pessoas dispostas a arriscar sair da zona de conforto para buscar alternativas para própria sobrevivência. Portanto, a crise é alimentadora de atitudes empreendedoras”.*

SD 04: *“olhamos para crise e vemos recessão e desemprego. O empreendedor vê oportunidade. O dinheiro não some. O dinheiro muda de mão”.*

SD 05: *“Toda empresa existe para resolver um problema, o problema do cliente. Como alguém que abre uma lanchonete para resolver a alimentação de quem não pode comer em casa”.*

SD 06: *Nesse sentido, o momento pode ser bastante propício “Hoje nós temos uma pluralidade de problemas muito grandes. Há muitas oportunidades”.*

As SDs selecionadas produzem sentidos positivos para com o empreendedorismo, os quais podemos reunir em uma mesma FD que considera a atuação do sujeito-empREENDEDOR como um solucionador de problemas em tempos de crise. Nesse sentido, podemos destacar a afirmativa presente na SD 03 de que “a crise é alimentadora de atitudes empreendedoras”, que remete à capacidade do modelo econômico neoliberal de se ajustar, e se adaptar, às suas próprias crises, conforme apontam Dardot e Laval (2019, p. 6):

O neoliberalismo só se sustenta e se reforça porque governa mediante a crise. Com efeito, desde os anos 1970, o neoliberalismo se nutre das crises econômicas e sociais que gera. Sua resposta é invariável: em vez de questionar a lógica que as provocou, é preciso levar ainda mais longe essa mesma lógica e procurar reforçá-la indefinidamente.

Essa compreensão de que o modelo neoliberal frente às crises geradas por suas próprias políticas, opta por reforçá-las, compactua com o discurso produzido pela notícia em questão, que exalta o impulsionamento do empreendedorismo (uma tendência que surge no contexto socioeconômico neoliberal) a partir de um Brasil em crise.

Tal posicionamento fica explícito na SD 04: “olhamos para crise e vemos recessão e desemprego. O empreendedor vê oportunidade. O dinheiro não some. O dinheiro muda de mão”. E, também, na SD 06, ao afirmar que “hoje nós temos uma pluralidade de problemas muito grandes. Há muitas oportunidades”. É interessante destacar que essas sequências explicitam um dos aspectos fundamentais da formação ideológica neoliberal que é a preocupação com o capital, com a geração de lucros, que se sobrepõe às preocupações de cunho social, demonstrando fidelidade aos interesses das classes dominantes e do sistema de produção capitalista como um todo.

Com relação à confirmação do discurso neoliberal por parte da notícia analisada, temos a colocação presente na SD 05 de que “toda empresa existe para resolver um problema, o problema do cliente”. Podemos observar que essa asserção acaba por denunciar de maneira aguda a interpelação (ou subjetivação) do sujeito enunciativo em sujeito-neoliberal, na medida em que este reproduz uma FD de apoio à iniciativa privada, sob a crença de que esta se destina ao apoio da população, e não ao acúmulo de capital.

Ainda nessa mesma notícia, podemos demonstrar que ocorre a reprodução de um dos principais valores da ideologia (e da governamentalidade) neoliberal, que é a defesa da liberdade econômica individual, neste caso, atrelada ao exercício da atividade empreendedora, conforme indicam as seguintes sequências:

SD 07: “A gente quer equilibrar o jogo para que os pretos e negros tenham mais espaço na sociedade e, no nosso caso, no empreendedorismo”, resume. “O empreendedorismo é libertador”, defende.

SD 08: “O Brasil tem que ter um choque de desregulamentação para deixar essa turma livre. Com criatividade, eles vão buscar o caminho para o futuro. Agora é a hora de desburocratizar, simplificar”, promete.

Ainda nesse sentido, trouxemos sequências discursivas provenientes da outra notícia que compõe nosso recorte discursivo, publicada no *site* G1 em agosto de 2021 (anexo n. 2), e cuja manchete está disposta conforme a SD 10:

SD 09: *Franquia de baixo investimento pode ser opção para quem está desempregado.*

SD 10: *As franquias de baixo investimento podem ser a solução para quem está sem emprego e tem um dinheiro guardado. Uma possibilidade é começar a empreender em casa, com um investimento inicial baixo.*

Conforme já apontado neste capítulo, o sentido de liberdade defendido através das políticas neoliberais, o qual tem suas raízes ligadas à “noção liberal da liberdade como propriedade de si” (DUNKER *et al*, 2021, p. 9), é referente à liberdade de *mercado*, a qual considera este último “como o espaço de realização possível do bem-estar pela via da acumulação crescente de riqueza e da satisfação individual” (FRANCO *et al*, 2021, p. 51). Dessa forma, podemos compreender como essa defesa da liberdade individual se encontra discursivamente materializado nas SDs acima, bem como os efeitos de sentido produzidos através de tal materialização, levando em conta, também, a articulação feita pelos sujeitos enunciadorees na reprodução dessa FD.

Primeiramente, podemos notar que, a partir de uma formação ideológica neoliberal, o empreendedorismo é concebido tanto como um resultado, quanto como um amplificador dessa liberdade individual. Isso é evidenciado a partir da constante utilização de termos qualificadores tais como *opção* (SD 09), *solução*, e *possibilidade* (SD 10) para se referir ao empreendedorismo, auxiliando na produção de um efeito de sentido que coloca essa atividade como uma conquista da sociedade neoliberal, uma *solução* possibilitada pelo avanço do mercado e do setor privado, que são tidos como “espaços da eficiência e da iniciativa inovadora e progressista” (BOITO Jr., 1996, p. 80).

Nessa mesma linha, também observamos a construção de um discurso que promove a formação empreendedora como meio para que o sujeito atinja um estado de libertação, conforme demonstra a SD 07: *empreendedorismo é libertador*. Interessantemente, podemos observar que os sentidos de *liberdade*, mobilizados pelo

sujeito enunciador nessa sequência, não se limitam unicamente ao da liberdade econômica individual do empreendedor, mas incluem, também, um sentido coletivo-social atrelado à luta racial por igualdade de acesso aos espaços, neste caso, o espaço do livre mercado. Esse último sentido mencionado é explicitado através da seguinte afirmativa: *a gente quer equilibrar o jogo para que os pretos e negros tenham mais espaço na sociedade e, no nosso caso, no empreendedorismo*. A partir dessa colocação, notamos uma formação discursiva que visa transpor pautas provenientes de movimentos sociais para o contexto do mercado privado, transposição esta que exemplifica o que Dardot e Laval (2016) apontam como uma tendência da “nova esquerda”, na qual os indivíduos aceitam o “quadro da globalização neoliberal” e buscam se adaptar aos mecanismos do mesmo, sem questionar a lógica capitalista pela qual estes são operados. Podemos traduzir essa configuração para termos discursivos, afirmando que os sujeitos (os que compõem essa “nova esquerda”), dominados por uma FI neoliberal, produzem um discurso de resistência que reforça a ideologia dominante no sistema de produção capitalista, ao mesmo tempo que demarca a posição ocupada por esses sujeitos dentro tal formação social, na qual os mesmos se encontram estruturalmente oprimidos e explorados.

Outro aspecto relevante, a ser considerado nessa relação do empreendedorismo com a noção neoliberal de liberdade, é a perspectiva antagônica pela qual se concebe a figura do Estado, suas instituições, e seus processos burocráticos, que são tidos como obstáculos para a liberdade do sujeito-empendedor. Essa postura é evidenciada através da colocação do sujeito enunciador da SD 08, na qual ele alega que um choque de *desregulamentação e desburocratização* seria necessário para que a *turma* (os sujeitos-empendedores) alcançasse um estado de liberdade. Tal formação discursiva está de acordo com os valores ideológicos neoliberais que incentivam a “*independência em relação ao Estado*”, alinhada a uma “*pretensa autodeterminação individual*” (SAFATLE, 2021, p. 20, *grifo* do autor), de forma que a lógica da “*empresa deve substituir a burocracia em tudo que for possível, e quando não o for, o burocrata deve conduzir-se o máximo possível como um empreendedor*” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 300, *grifo* dos autores). Dessa forma, a partir da ausência desses ditos bloqueios burocráticos, o sujeito-empendedor estaria em plenas condições de exercer sua *criatividade, buscando os caminhos para o futuro*, o que retoma a reflexão anterior acerca do empreendedor como responsável por solucionar os problemas da sociedade.

Apesar de os veículos da grande mídia neoliberal promoverem a formação empreendedora através da exaltação dos valores neoliberais que se manifestam neles, podemos observar, a partir das sequências discursivas abaixo, evidências de um estado de vulnerabilidade que constitui a construção dos sujeitos-empresendedores. Tal condição pode ser percebida tanto nos sujeitos que estão realizando a transição de sujeito-trabalhador para sujeito-empresendedor, quanto naqueles que já fazem parte deste segundo grupo, mas que encontram obstáculos em sua “caminhada”. Acerca desse aspecto, destacamos as seguintes sequências:

SD 11: Eu falei assim: “Carol eu não vou conseguir dar essas aulas, mas eu tenho uma ideia melhor. E se a gente montar o nosso próprio reforço? Eu estou vendo que tem uma demanda enorme”, lembra.

SD 12: “Agora precisamos da grana, mas não temos como dar todas as garantias que os bancos exigem. Quando mais precisa, a economia parece estar menos disposta”, observa.

SD 13: “Querem oferecer o dinheiro depois que o seu negócio está validado, depois que você passou pela parte mais difícil. O mercado brasileiro tem apetite por inovação, melhoria, eficiência e por lucratividade. Só que não tem um apetite tão grande quanto vemos num ecossistema de startup no Vale do Silício, Europa, Índia e Israel”, compara.

Primeiramente, notamos que a SD 11 trata da enunciação de um sujeito professor, o qual, diante de uma situação de instabilidade profissional causada pela pandemia do COVID – 19 (anexo n. 2), decide por embarcar no ramo do empreendedorismo como forma de contornar os riscos e se adaptar à nova realidade do mercado. Essa atitude de identificar a *enorme demanda* da situação atual do mercado, e se adaptar de acordo com ela para contornar os riscos, pode ser vinculada ao *espírito empreendedor* que residiria nos indivíduos interpelados pela ideologia neoliberal.

No entanto, conforme podemos notar com as SDs 12 e 13, esse estado de risco que envolve esse sujeito neoliberal não se limita somente ao período anterior à formação deste como sujeito-empresendedor, estando presente, também, sob a forma de obstáculos que este virá a encontrar no ambiente competitivo e individualista mercado privado. Isso é evidenciado quando os sujeitos enunciadores, das duas SDs em questão, destacam as dificuldades encontradas com relação à *escassez de crédito* (anexo n. 2) na relação entre seus empreendimentos recém-criados com os bancos. Essa vulnerabilidade do sujeito-empresendedor frente às exigências e flutuações do mercado está ligada ao processo da subjetivação neoliberal, sob o qual o indivíduo é interpelado de forma a se comportar como uma microempresa, e como tal, opera sob uma constante generalização do risco

empresarial, indo de acordo com as considerações de Guilbert (2020, p. 96) de que a “noção de risco” funciona conforme “um estereótipo liberal bem conhecido, aquele que teve ‘sucesso’ é aquele que assumiu riscos”.

Dessa forma, percebemos que a FD pró-empresendedorismo, conforme materializada nos textos jornalísticos selecionados, reproduz aspectos fundamentais da ideologia neoliberal e do sistema de produção capitalista, da mesma forma em que os apresenta sob uma roupagem contemporânea ao sujeito leitor (das notícias) para impulsionar a formação empreendedora como uma alternativa profissional inovadora e libertadora. A partir disso, na seção seguinte observamos as estratégias utilizadas pelos veículos neoliberais para materializar essa mesma FD através de duas das SDs visuais que compõem o *corpus* do presente trabalho.

4.2.2 A publicidade neoliberal no impulsionamento do discurso empreendedor

No intuito de analisar os efeitos de sentido produzidos através das próximas SDs, as quais entram em circulação a partir dos veículos publicitários pertencentes ao AIE de informação, levamos em consideração o caráter complexo e heterogêneo do *discurso*, e consequentemente, de suas materialidades. Logo, no processo de interpretação dos textos escolhidos, os elementos verbais e não-verbais foram considerados como igualmente significativos na construção dos sentidos, indo de acordo com a concepção heterogênea de *texto*⁸ conforme compreende a AD. Além disso, referente ao discurso publicitário, que, nesta instância, é materializado através das SDs 14 e 15, levamos em conta que sua circulação dentro do “Estado capitalista autoritário moderno” possui uma função estratégica, se manifestando como “imagens e palavras, sentimentos, ideias e gestos” (PÊCHEUX, [1979]/2011, p. 74), a partir das quais o sujeito publicitário busca direcionar os sujeitos consumidores a adquirirem os produtos e serviços da propaganda em questão.

⁸ O conceito de texto foi abordado na seção 2.1 desta monografia.

SD 14:



Fonte: <http://linharesdesign.com.br> (2019)

A primeira SD publicitária selecionada consiste em um anúncio elaborado pelo grupo *Linhares Branding & Design*, uma equipe de consultoria especializada em gestão e elaboração de marcas para novos negócios, e disponibilizado em seu *blog*. Nesse sentido, podemos observar que a proposta principal da propaganda é o oferecimento dos serviços da consultoria, sob a forma de uma postagem no *blog*, na medida que a principal frase em destaque é: *quer ser uma marca f*oda em 2020?* Junto a isso, temos a continuação do texto verbal, com a sentença “confira 8 tendências que te mostram como”, além da representação de uma pessoa utilizando um binóculo, enquanto exprime um sorriso de empolgação diante do que vislumbra no horizonte. Além disso, ao fundo do anúncio, são mostrados os logotipos de algumas empresas, com a mais evidente delas sendo a multinacional *The Coca-Cola Company*.

A junção desses elementos verbais e não-verbais, amparada pelo contexto sócio-histórico que rege as condições de produção de tal texto, nos permite realizar a interpretação de que o anúncio visa convencer o sujeito-empendedor de que, seguindo as *8 tendências* que compõem a postagem do *blog*, seu negócio (ou marca) pode ser alavancado ao mesmo patamar de grandes empresas, mundialmente influentes.

Em contraste com os recortes analisados na seção anterior, a SD em questão não produz um efeito de sentido que propõe o empreendedorismo como solução para as crises financeiras que afetam a sociedade, ou como uma alternativa libertadora de formação profissional. Ao invés disso, temos um discurso direcionado ao sujeito-empendedor que já está inserido no ambiente do livre-mercado, buscando maximizar seus lucros e ampliar

seu negócio. Esse panorama da FD pró-empendedorismo, que oferece ao sujeito-empendedor a perspectiva de equiparar seu empreendimento ao nível de uma empresa multinacional através de seus próprios esforços e da utilização dos serviços oferecidos pela propaganda (dicas de tendências), reproduz os valores individualistas da ideologia neoliberal que reproduz os sentidos da meritocracia presentes nesta. Sobre esse aspecto, podemos salientar as considerações feitas por Dardot e Laval (2016, p. 332 - 333), nas quais estes destacam que “o primeiro mandamento da ética do empreendedor é ‘ajuda-te a ti mesmo’”, e prosseguem afirmando que “a ética da empresa tem um teor mais guerreiro [...] ela transforma o trabalho no veículo privilegiado da realização pessoal”. Dessa forma, notamos que o texto publicitário analisado movimentava os sentidos neoliberais do indivíduo-microempresa, de uma maneira que estes se entrelaçam com a logicidade da meritocracia presente na sociedade contemporânea, colocando o sujeito-empendedor, por si só, como único fator determinante para o andamento de sua trajetória profissional.

Essa disposição dos veículos da mídia neoliberal em oferecer serviços de apoio e incentivo aos sujeitos-empendedores também pode ser observada na segunda SD selecionada para esta seção, porém, sob um aspecto mais complexo e institucionalizado, conforme analisamos a seguir:

SD 15:



Fonte: <https://www.univali.br/noticias/Paginas/empreenda-santander-2k17-esta-com-inscricoes-abertas.aspx> (2017)

A publicidade em questão é um anúncio do programa Empreenda Santander, em sua edição do ano de 2017. No Programa, o *Banco Santander, S.A.* realiza um processo

seletivo dividido em três categorias direcionadas a públicos distintos, sendo estes: universitários, empreendedores de *startups* e microempreendedores. No processo, os finalistas, ou seja, aqueles que apresentaram as ideias e os empreendimentos mais promissores, recebem um auxílio financeiro para o desenvolvimento de seus negócios, além de mentoria e bolsas de estudos. Com o auxílio dessa contextualização, podemos, enfim, nos ater aos aspectos visuais e discursivos da materialidade textual em questão, os quais constituem o escopo da análise.

De maneira semelhante à SD anterior, o anúncio do programa Empreenda Santander também utiliza de uma materialidade significativa verbal principal em conjunto de uma representação visual de um sujeito, como forma de estabelecer seu sentido. No caso, a frase em destaque é *um encontro entre suas ideias e a melhor forma delas virarem negócio*, referindo-se ao programa em si, enquanto que os elementos não-verbais utilizados consistem na imagem de um homem, com a representação de diversos objetos rodeando sua cabeça (as quais seriam suas *ideias*, mencionadas na sequência verbal).

A partir da interpretação dos diferentes recursos textuais utilizados na publicidade, e da compreensão acerca do programa promovido (Empreenda Santander), compreendemos que a SD reproduz o discurso de apoio ao empreendedorismo, no entanto, de uma maneira a possibilitar um benefício institucional, e monetário, aos sujeitos-empreendedores. Esse aspecto mais concreto e institucionalizado da FD pró-empreendedorismo se diferencia do que observamos na publicidade analisada anteriormente, na medida em que, enquanto o anúncio da agência *Linhares Branding & Design* reiterava uma lógica individualista com um sentido de “leia nossas dicas, e faça você mesmo”, o texto elaborado pelo *Banco Santander, S.A.*, produz o raciocínio de que “os que forem aprovados no processo, serão ajudados por nós”. No entanto, apesar dessa interpretação remeter a uma ideia de coletividade, ou de assistência para com o sujeito-empreendedor, devemos salientar que esse tipo de projeto de apoio ao empreendedorismo não se opõe aos valores individualistas e competitivos da FI neoliberal, uma vez que esse vínculo estabelecido entre o *Banco Santander, S.A.* e o empreendedor não possui uma natureza empregatícia. Ao invés disso, o que se tem é um acordo entre negócios do setor privado, visando a maximização dos lucros através de operações como empréstimos e financiamentos. Esse tipo de relação do sujeito-empreendedor com grandes corporações é explorado nas reflexões de Costa (2009, p. 181), o qual afirma que:

O novo empreendedor já não pode mais ser caracterizado com um passivo na contabilidade das grandes empresas e corporações; na verdade, há quem diga ele (sic) já não é mais nem mesmo um ativo, senão um investidor, uma espécie de sócio que investe na empresa em que trabalha o seu capital humano.

Nesses termos, notamos que os textos publicitários analisados funcionam como diferentes faces de uma FD neoliberal no impulsionamento do sujeito-empendedor que busca de ampliar seus negócios. Além disso, observamos que esse discurso pode ser produzido a partir do oferecimento de tipos distintos de serviços, variando de postagens em *blogs* com dicas de como gerir uma marca, até oportunidades de “parceria” com grandes corporações bancárias. Essa variedade de manifestações da FD a favor da atividade empreendedora reforça a plasticidade que caracteriza o neoliberalismo em si, o qual utiliza das instituições comportadas pelo AIE de informação (e pelos demais AIEs) para efetivar a reprodução das relações de produção, e da ideologia das classes dominantes, fatores estes que são constituintes do discurso pró-empendedorismo.

É a partir dessa análise, que iniciamos, na seção seguinte, o segundo momento do *corpus*, voltando os olhares para as diferentes materialidades textuais que produzem uma FD contrária ao empendedorismo, e que circulam através dos veículos da mídia alternativa.

4.3 Uma análise do discurso contra o empendedorismo

Na presente seção, que representa a segunda parte da análise realizada neste trabalho, buscamos examinar o funcionamento de um discurso contrário ao empendedorismo, o que nos leva a compreender a produção de sentidos dentro de uma FD que se opõe a essa tendência. Nesse sentido, selecionamos os recortes deste momento do *corpus* a partir de *sites* e perfis profissionais online que se colocam como alternativa à imprensa tradicional, e buscam denunciar os impactos negativos causados pelos desdobramentos do modelo neoliberal nas condições de trabalho do sujeito-trabalhador. Logo, foram escolhidos textos jornalísticos que circulam em ambientes virtuais, como redes sociais, com a tentativa de incitar a reflexão, e o questionamento, acerca do empendedorismo, além de manifestar apoio à luta dos sujeitos-trabalhadores, os quais demonstram resistência e insatisfação para com as condições de trabalho que constituem a realidade “empendedorista”.

Nesse sentido, damos início à análise a partir da seguinte SD, identificada como uma charge:

SD 16:



Fonte: <https://www.instagram.com/vitorcartum/> (2019)

A ilustração acima foi elaborada pelo cartunista Vitor Teixeira, e postada em sua página da rede social *Instagram*, em abril de 2019. Esse ambiente virtual das redes sociais é o principal veículo utilizado pelo autor para publicar suas obras desde 2013, época em que o artista recebeu notoriedade devido ao teor político de seus trabalhos. Além disso, o cartunista também colaborou com *sites* de notícia, como o jornal online *Brasil de Fato* (DOLCE; ODARA, 2016), o qual utilizou algumas ilustrações exclusivas de Vitor Teixeira como materialidades para a composição de suas matérias, e, dessa maneira, a veiculação de discursos produzidos pelo ilustrador.

Esse tipo de circulação instantânea da materialidade textual, dentro da *web*, coopera com o funcionamento discursivo que constitui o gênero charge, já que este possui “importante papel na construção e legitimação de significados”, pois representa “visões de mundo formadoras ou conformadoras de opinião pública” (PILLA; DE QUADROS, 2010, p. 227). Além disso, sendo a charge compreendida como uma “peça de humor gráfico” (PILLA; DE QUADROS, 2010, p. 227), que movimenta recursos verbais e não-verbais na produção dos sentidos a partir de determinados contextos sócio-históricos, podemos perceber que o “processo de elaboração das charges tem por base ou fonte de inspiração outros textos e discursos, principalmente notícias veiculadas por jornais impressos e outros meios de comunicação” (PILLA; DE QUADROS, 2010, p. 227). Com base nesses apontamentos, acerca das propriedades textuais e discursivas da

materialidade em questão, podemos realizar uma interpretação de como a FD contra o empreendedorismo produz os sentidos para a SD selecionada.

Podemos observar que a imagem ilustra uma espécie de charrete (veículo de tração animal comumente puxado por cavalos), na qual é possível notar a presença de um símbolo que aparenta ser a suástica nazista. Nessa ilustração, o veículo é comandado por um homem pequeno e robusto em traje social, com uma cartola (sobre a qual há notas de dinheiro penduradas), e um monóculo. Tal representação é frequentemente utilizada por artistas como um arquétipo para ilustrar o homem burguês capitalista, sendo um dos exemplos mais famosos sendo o personagem *Rich Uncle Pennybags*, do jogo *Monopoly*. Além desses elementos, notamos que, no lugar de um animal, a charrete é puxada por um jovem numa bicicleta, que utiliza capacete de segurança e, em suas costas, várias mochilas térmicas para entregas de *delivery*, nas quais é possível identificar logotipos que referenciam algumas *startups* reconhecidas, como *Ifood* e *Uber Eats*. Ainda sobre o aspecto não-verbal da imagem, podemos destacar o detalhe de que o “elo” interligando a charrete do burguês e a bicicleta do trabalhador está representado por uma corrente presa a uma dessas mochilas, simbolizando a relação de servidão e exploração entre os dois sujeitos, dentro do sistema de produção capitalista.

Quanto aos aspectos verbais da charge, além das referências às *startups*, temos que a frase principal é representada como uma fala sendo proferida pelo burguês de cima da charrete: “*mais rápido, empreendedor*”, com esse último termo estando sublinhado, como forma de destaque, atribuindo uma importância ao fato de que o sujeito explorado responde por essa denominação.

A partir da convergência desses recursos verbais e visuais que constituem a charge, e da relação que eles estabelecem com o contexto social que rege as condições de produção de tal materialidade, podemos perceber que o artista realiza uma crítica à exploração do trabalhador pelos interesses da classe burguesa, que, nessa instância, se manifesta através do serviço prestado às empresas-aplicativo. Dentro desse raciocínio, o destaque dado à palavra *empreendedor*, conforme observado na ilustração, pode ser associado a “passagem do trabalhador para o microempreendedor” (ABÍLIO, 2017), que caracteriza a forma como as *startups* administram e se relacionam com esses sujeitos, conforme afirma Abílio (2017):

As empresas-aplicativo firmam-se no mercado como mediadoras entre consumidores e trabalhadores-microempreendedores [...] o estatuto do motorista é de um trabalhador autônomo, a empresa não é sua contratante, ele não é um empregado, mas um cadastrado que trabalha de acordo com suas próprias determinações; ao mesmo tempo, o que gerencia seu trabalho é um software instalado num smartphone: mesmo definindo as regras do jogo, a empresa aparece mais como uma marca do que de fato como uma empresa.

Esse vínculo entre as *startups* e os sujeitos-microempreendedores⁹ caracteriza uma face do fenômeno denominado *uberização do trabalho*, um processo que se define por “uma nova forma de gestão, organização e controle do trabalho que se afirma como tendência global” (ABÍLIO, 2019, p. 42), e que possui as empresas-aplicativo como suas principais protagonistas. Além dessa forma mais “digitalizada” de administração dos trabalhadores, a *uberização* também está relacionada com a crescente tendência à formação empreendedora, como reflete a autora:

No que concerne à *uberização*, vê-se que tal discurso empreendedor é veículo para o obscurecimento das relações entre capital e trabalho, na medida em que trabalhadores aparecem como “chefes de si mesmos”, ou seja, desaparece a relação de subordinação, aparece uma multidão de empreendedores de si próprios (ABÍLIO, 2019, p. 44).

Com base nessas considerações acerca dos processos socioeconômicos que permeiam a exploração do sujeito-microempreendedor, podemos voltar os olhares para a maneira como a charge de Vitor Teixeira movimenta, textualmente, uma visão crítica do discurso empreendedor. Além disso, notamos que a rápida circulação *online* da charge permite que outros usuários tenham acesso a essa leitura, feita pelo autor, dos processos presentes no neoliberalismo que mascaram as relações de exploração presentes no modo de produção capitalista, constituindo, assim, uma forma de propagação um discurso de oposição.

Damos, então, prosseguimento à análise da FD contrária ao empreendedorismo a partir de uma série de SDs verbais, retiradas de uma notícia do *site* Mídia Ninja (anexo n. 3), publicada em junho de 2020 com o título *Greve dos entregadores de apps expõe os riscos e precarização do serviço*. Tal materialidade textual, exemplifica a ocorrência de um veículo de mídia que, conforme mostrarão as SDs analisadas a seguir, se põe como uma alternativa à grande mídia neoliberal, e que utiliza do ambiente virtual para proporcionar um espaço de denúncia aos impactos negativos dos diversos desdobramentos do neoliberalismo na realidade social do sujeito-trabalhador. Essas

⁹ Para os fins de análise deste trabalho, tratamos a expressão “sujeitos-microempreendedores”, simplesmente, como uma segunda denominação para os “sujeitos-empreendedores”, visto que, discursivamente, não há diferenças entre as expressões.

implicações que acometem os sujeitos, manifestam-se, inclusive, através da *precarização* das condições de trabalho, fenômeno que, conforme apontado anteriormente nesta seção, está ligado à transferência da condição de *sujeito-trabalhador* para *sujeito-empendedor*.

Dessa forma, adentramos na notícia selecionada a partir de um conjunto de SDs que contextualiza a situação dos sujeitos responsáveis pela greve, bem como dos entregadores em geral, naquele momento:

SD 17: [...] dados da Receita Federal obtidos pelo Sebrae mostram que, em 2019, havia mais de 200 mil MEIs (microempreendedores individuais) trabalhando no “fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar”, atividade econômica focada em delivery. Crescimento de 122% em cinco anos.

SD 18: No momento da pandemia – em que os aplicativos se tornaram um serviço essencial para a população – os entregadores estão se dando conta do quanto correm riscos e não são remunerados da maneira adequada.

Podemos observar que o contexto pandêmico, no qual o mundo se encontrou a partir de 2020, alavancou o setor de entregas de alimentos, o qual já vinha experienciando um crescimento de *122% em cinco anos* (SD 17), conforme verificado em 2019. Além desse aumento na demanda por entregadores, também é mencionado na notícia (anexo 3) um aumento dos lucros obtidos, durante esse período, pelas empresas-aplicativo que administram o serviço desses sujeitos-microempreendedores.

No entanto, a partir da afirmação da SD 18, notamos que, embora esse período tenha se mostrado lucrativo para as *startups*, tal rentabilidade não se estendeu aos microempreendedores cadastrados nos *apps*, os quais, por sua vez, perceberam o *quanto correm riscos e não são remunerados da maneira adequada*. Essa disparidade entre os ganhos das empresas-aplicativo e os dos sujeitos nelas cadastrados, salienta outro aspecto da *uberização* do trabalho, que é o reconhecimento do funcionário (neste caso, do microempreendedor) como um *parceiro* da empresa. Tal parceria, entre a *startup* e o sujeito cadastrado é articulada através do discurso empreendedor de forma a propor esse sujeito entregador como independente e flexível na execução de seu serviço, ao mesmo tempo em que encobre a relação desigual entre as duas partes, conforme compara Abílio (2017):

Assim como a “parceira” manicure não está em relação de igualdade com o proprietário ou a proprietária do salão para definir seus ganhos, a intensidade de seu trabalho, a extensão de sua jornada, o trabalhador *uberizado* também tem seu trabalho subsumido.

Nesse sentido, a greve dos entregadores, noticiada pelo texto do *site* Mídia Ninja, pode ser interpretada como uma resposta dos sujeitos-microempreendedores, integrantes da classe trabalhadora, aos prejuízos causados em sua jornada profissional pelas políticas econômicas neoliberais, as quais se manifestam discursivamente através da FD pró-empendedorismo.

Ainda nessa perspectiva, a notícia selecionada busca auxiliar o processo de denúncia feito pelos entregadores, destacando a situação de precariedade enfrentada pelos mesmos, conforme apontam as seguintes SDs:

SD 19: *Na contramão do aumento dos lucros das empresas, os acidentes de motociclistas não param de subir também.*

SD 20: *Para a categoria, o aumento do número de acidentes e mortes está relacionado ao aumento deste tipo de serviço. Com uma lógica de aumentar o número de corridas, os aplicativos forçam os entregadores a estarem conectados constantemente e a disposição todos os dias.*

SD 21: *“Os apps estão exaurindo e aumentando os riscos do entregador, que precisam trabalhar mais e de forma mais produtiva. As empresas de aplicativos se isentam e se esquivam de toda responsabilidade se escondendo atrás de um posicionamento que os coloca apenas como empresas de tecnologia”.*

SD 22: *[...] as empresas de aplicativos praticam um preço 50% menor do que as empresas formais porque as empresas de aplicativo não cumprem toda a estrutura de trabalho prevista na legislação – o piso salarial, seguro de vida, aposentadoria, auxílio em caso de acidente, 13º, férias, cesta básica, equipamentos de segurança, vale-refeição, refeitório, adicional de periculosidade.*

SD 23: *Entre as pautas reivindicadas pelos entregadores está o aumento do valor das corridas, implementação de uma taxa mínima de entrega, fim dos bloqueios, seguro contra roubo, acidente e vida, o fim do sistema de pontuação e um tipo de assistência na pandemia.*

Inicialmente, podemos observar, a partir das SDs 19 e 20, que a exploração dos sujeitos entregadores pelas empresas-aplicativo possui impactos diretos associados à sua integridade física, tendo em vista o aumento no número de acidentes sofridos pela categoria, e sua exposição ao vírus durante a pandemia. É possível associar esse aspecto perigoso da *parceria* empresa-entregador à, já mencionada, transposição dos riscos de mercado que passa a constituir a trajetória profissional do sujeito-trabalhador na medida em que este é consolidado como um sujeito-microempreendedor autônomo, sob a ideologia neoliberal, em concordância com as reflexões de Abílio (2017):

Essa consolidação envolve novas lógicas que contam, por um lado, com a terceirização da execução do controle sobre o trabalho das empresas para uma multidão de consumidores vigilantes; e, por outro lado, com o engajamento da multidão de trabalhadores com relação à sua própria produtividade, além da total transferência de custos e riscos da empresa para seus “parceiros”.

Essas considerações abrangem, também, a problemática expressa na SD 21, no que diz respeito à postura evasiva das empresas frente à situação de risco e precariedade que atinge os entregadores, a partir da qual as *startups se esquivam de toda responsabilidade se escondendo atrás de um posicionamento que os coloca apenas como empresas de tecnologia*.

Ainda sobre o tratamento dado ao sujeito-microempreendedor pelas empresas que cadastram e administram seus serviços, podemos observar que os direitos trabalhistas, integrantes da *estrutura do trabalho prevista na legislação* (SD 22), os quais constituem um importante respaldo econômico e social ao sujeito-trabalhador, não estão incorporados nos termos da *parceria* estabelecida entre o microempreendedor e os *apps* de entrega. Essa ausência de direitos constitucionais, e a configuração informal assumida pela contratação desses sujeitos entregadores, remonta aos interesses do sistema neoliberal no desmonte das políticas sociais e o apagamento da figura estatal, propondo um acordo direto do sujeito com o setor privado, que, por sua vez, resulta na:

[...] produção de trabalhadores desprovidos de qualquer garantia, que devem eles próprios gerir sua força de trabalho de forma a oferecê-la a custos sempre mais baixos. Essa gestão – da mercadoria força de trabalho – deve reger-se por padrões empresariais, isto é, por padrões inflexíveis de concorrência, diante dos quais deve comportar-se de forma flexível, ajustando-se, adaptando-se às exigências do mercado (FONTES, 2010, p. 292).

Frente a tal situação de precariedade, notamos que os sujeitos entregadores reivindicam, conforme a notícia do *site* Mídia Ninja expressa, novos termos no contrato de trabalho (SD 23), de forma que o mínimo de seguridade social e trabalhista seja garantida, principalmente diante do período pandêmico. Dessa forma, podemos considerar que tanto os integrantes da greve quanto o texto jornalístico publicado reproduzem uma FD contrária à formação ideológica neoliberal no que diz respeito às dinâmicas trabalhistas entre o sujeito e o setor privado que, por sua vez, incluem o discurso empreendedor com seu incentivo à “independência”, produtividade e constante inovação.

Além disso, uma outra forma que a notícia em questão utilizou para demonstrar apoio ao movimento de paralisação dos sujeitos-trabalhadores foi a transcrição de

denúncias e desabafos de alguns integrantes da greve sobre a situação de opressão na qual se encontram, conforme mostram as SDs a seguir:

SD 24: *“Estamos trabalhando largados à nossa própria sorte e sem nenhuma medida de prevenção e proteção das empresas de aplicativos que fazemos as entregas, como Rappi, iFood, Loggi, Uber Eats, 99Food e James”*, informa o motoboy Paulo Lima – o Galo, uma das principais lideranças do movimento – e que criou um abaixo-assinado para que as empresas forneçam medidas de proteção aos entregadores durante a pandemia. Para assinar acesse o link.

SD 25: *“Quando pegamos a corrida temos que fazer a entrega no tempo estipulado para o cliente não ficar furioso. Isso é um perigo, pois muitas das vezes, na pressa de chegar até o destino, o motoqueiro acaba se envolvendo em acidente. Isso se agrava ainda mais, pois existem meninos novos fazendo entregas e que ainda não têm a habilidade para pilotar”*, denuncia o motoboy Mineiro.

SD 26: *“Fui excluído do Rappi e do Ifood no mesmo dia. E não adianta ligar ou ir na sede da empresa. Eles não querem ouvir a gente. Se você bota a cara pra bater, ou vai em uma manifestação, os aplicativos te bloqueiam. Se você reclamar muito no site, também te bloqueiam. Não querem que a gente tenha voz”*, afirma.

A partir da SD 24, é possível notar mais uma evidência da situação de abandono e descaso dos sujeitos entregadores por parte das empresas-aplicativo, conforme afirma o motoboy Paulo Lima. Junto a isso, percebemos o apoio dado pelo site Mídia Ninja ao abaixo-assinado elaborado pela liderança dos grevistas, na medida em que o sujeito internauta, leitor da notícia, é convidado contribuir com sua própria assinatura, através do link disponibilizado na matéria.

Outro ponto relevante, e que faz transparecer uma FD contrária ao discurso neoliberal, é a maneira como o texto se refere ao entregador Paulo Lima, referenciando-o como *uma das principais lideranças do movimento*. Tal enunciação reproduz um sentido de coletividade e união entre os sujeitos entregadores no processo de greve, indo contra à FD pró-empresendedorismo, que os coloca como empreendedores individuais, e que como tal, devem agir de maneira competitiva em busca da maximização dos lucros. Nesses termos, notamos que a organização e movimentação política dos sujeitos trabalhadores proporciona outras formas de se conceber o sujeito entregador dentro da formação social capitalista, constituindo assim, uma alternativa de afronta à FI neoliberal de acordo com Cenci e Petry (2020, p. 11):

[...] um dos caminhos viáveis para fazer frente à racionalidade neoliberal é promover formas de subjetivação alternativas a tal racionalidade calcada no modelo de empresa de si. Neste sentido, não é possível sair de uma racionalidade ou de um dispositivo como o neoliberal mediante uma simples mudança de política governamental.

Com essas considerações, é possível associar a organização coletiva da greve dos entregadores a uma *forma de subjetivação alternativa ao modelo de empresa de si*, no sentido de que os entregadores integrantes do movimento são concebidos através de uma outra perspectiva, que não a do microempreendedor neoliberal. Além do mais, podemos observar que a organização de um ato grevista, tal como foi feito pelos entregadores, não pode ser enquadrado como uma simples medida *política governamental* (do tipo que os autores apontam como ineficaz para se sair do escopo neoliberal) mas sim, como uma forma de mobilização popular, que coloca em pauta a defesa de direitos trabalhistas que vem sendo desmobilizados pela aplicação de políticas neoliberais.

Ainda nessas SDs destacadas, podemos analisar a problemática apontada na SD 25, a qual trata da preocupação para com a vida dos entregadores que se acidentam *na pressa de chegar até o destino*. Esse apontamento, que faz notar as consequências sustentadas pelo sujeito entregador em sua jornada de trabalho, remonta às considerações de Guimarães (2020, p. 221) sobre a relação entre *corpo, sujeito e trabalho*, nas quais a autora afirma que:

Corpo é a materialização do sujeito assim como o discurso é a materialização da ideologia. Corpo é o lugar mais vulnerável, aquilo que afeta o corpo afeta o sujeito. Na formação social capitalista, o corpo, enquanto materialidade significativa do sujeito, é crivado pelo trabalho. É na relação com o trabalho que seu corpo é moldado, ressignificado.

A partir desse panorama, podemos desenvolver a interpretação de que as condições de risco às quais os entregadores estão expostos, enquanto prestam serviços às empresas-aplicativo, podem ser consideradas como manifestações da situação de exploração à qual tal sujeito está submetido. Nesses termos, um acidente sofrido por um sujeito entregador enquanto este realiza a entrega de um alimento, não se configura como um simples acaso, mas como a materialização da condição sócio-histórica que esse *corpo* ocupa no modo de produção capitalista. Tal condição, é ponderada por Guimarães (2020, p. 232), tendo por base a designação “corpo-mercadoria”, atribuída por Marx, no sentido de que:

Quando o trabalhador vende a sua força de trabalho, ocorre valor de troca, porque ele é uma mercadoria, corpo-mercadoria e vende sua força física em troca de um salário. Ao mesmo tempo em que se trata de um valor de uso da força de trabalho, pois o produto que será gerado com sua força de trabalho não lhe pertence.

Uma outra forma de manifestação da exploração sofrida pelos sujeitos entregadores pode ser percebida a partir da SD 26, na qual é denunciado o bloqueio

realizado pelas empresas como uma forma de punição ao microempreendedor que questiona, ou, se manifesta contra, as condições da “parceria” com o *app*. Essa forma de silenciamento dos entregadores expressa a dinâmica de exploração e opressão que constitui a interpelação desses sujeitos-microempreendedores, de forma que:

[...] o discurso sobre a “parceria” entre empresas-aplicativo e trabalhadores, assim como a imaterialidade destas, rapidamente se esfumaçam quando trabalhadores uberizados se apropriam de seu poder enquanto multidão e estabelecem formas coletivas de resistência e de negociação. Nesse momento as formas de controle, expropriação e opressão ficam explícitas (ABÍLIO, 2017, n.p.).

Logo, é possível observar que as denúncias dos entregadores trazidas na notícia selecionada destacam diferentes faces da dinâmica de exploração que constitui a negociação entre os sujeitos-microempreendedores e as *startups* que dominam o setor de entrega de alimentos. Além disso, através da transcrição das falas desses sujeitos, em situação de precariedade, e do apoio dado ao movimento de greve pelo sujeito-jornalista, o texto discursiviza uma posição-sujeito que confronta a FI neoliberal, no que tange às condições, direitos, e a construção do sujeito-empendedor, configurando-se, assim, em uma FD contrária ao empreendedorismo.

É com base nesse último tópico mencionado que desenvolvemos a análise da última SD escolhida para este trabalho, a qual pertence ao gênero charge, e como tal, movimenta, também, elementos não-verbais para manifestar seus sentidos, e incitar uma reflexão sobre o título de *empendedor*, atribuído a esses sujeitos explorados:

SD 27:



Fonte: <https://www.instagram.com/tonidagostinho/?hl=pt> (2021)

A charge em questão, que apresenta a sequência verbal *Os Empreendedores* disposta como título, foi criada e postada pelo sociólogo e cartunista Toni D'Agostinho em fevereiro de 2021, em sua página do *Instagram*, e também se encontra disponível no *site*¹⁰ oficial do artista, o qual também atua colaborando com diversas editoras nacionais através de seus trabalhos de ilustração. Essas obras, variam desde caricaturas que circulam em veículos da grande mídia, a charges com críticas sociais publicadas de forma independente. Dessa maneira, consideramos que as formas de divulgação e circulação dessa materialidade textual se dão de maneira semelhante às que foram apontadas na charge de Vitor Teixeira, analisada anteriormente nesta mesma seção.

Dadas essas considerações, observamos que, semelhantemente à charge anterior, a obra de Toni D'Agostinho também estrutura seus sentidos a partir da interação entre dois personagens, sendo eles: um entregador, que utiliza de uma bicicleta para transportar os alimentos armazenados em sua bolsa térmica. E o outro, um homem usando óculos e paletó, representado como um sujeito de maior poder econômico, em contraste com as vestimentas mais informais do entregador. Além da disposição visual dos dois personagens, colocados frente a frente como figuras em contraste, o principal elemento que atua no funcionamento discursivo da charge, é o diálogo verbal que ocorre entre os dois sujeitos representados. Nesse sentido, temos o personagem em traje social questionando o sujeito entregador: *Greve? Desde quando empreendedor faz greve?* Para, então, ser rebatido com a resposta do sujeito entregador: *desde que vocês inventaram que trabalho precarizado é empreendedorismo.*

Esse diálogo, conforme elaborado pelo autor da charge, movimentando efeitos de sentido provenientes de formações discursivas distintas, na medida em que os personagens, enunciadores das sequências verbais, são colocados como sujeitos dominados por FDs opostas. Isso dito, é possível observar que, enquanto o sujeito ilustrado à direita (que chamaremos, por questões de conveniência, de sujeito burguês) questiona o ato de greve organizado pelos sujeitos entregadores, o mesmo está reproduzindo a formação ideológica neoliberal, no que diz respeito à maneira como os grevistas deveriam se portar enquanto recebem o título de empreendedores. Ao passo que o entregador, rebatendo os questionamentos do sujeito burguês, demonstra se identificar com uma FD contrária ao discurso do empreendedorismo, ao ponto de igualar este conceito às condições de *trabalho precarizado*.

¹⁰ <https://www.acaricatura.com.br/>

A postura adotada por esse sujeito entregador presente na charge, usada para representar o posicionamento real dos entregadores adeptos à greve, mobiliza conceitos relacionados à tomada de posição do sujeito em relação à formação discursiva em que este está inserido. Isso posto, notamos que o entregador, retratado pelo artista, manifesta uma atitude de “desidentificação” para com a FD pró-empendedorismo, a qual coloca o sujeito em questão como um microempreendedor parceiro da empresa, que depende somente de seu próprio esforço em sua jornada de trabalho, o que inclui toda a lógica da omissão dos direitos trabalhistas. Esse movimento de afastamento do sujeito em relação à determinada FD é explanado por Indursky (2008) (com base nos escritos de Pêcheux) como sendo um dos possíveis posicionamentos que o sujeito pode assumir em relação à “forma-sujeito¹¹ da formação discursiva que o afeta” (INDURSKY, 2018, p. 13). No caso do sujeito entregador, da SD analisada, notamos que ele se desidentifica com a FD pró-empendedorismo por já estar identificado “com uma outra formação discursiva” (INDURSKY, 2018, p. 15), e, por conseguinte, com outra forma-sujeito.

Com a contribuição dos estudos de Indursky (2008), podemos desenvolver a leitura de que o sujeito-entregador, criado pelo artista da charge, rejeita a forma-sujeito do empreendedor, na medida em que a compreende como uma manifestação da crescente precariedade das condições de trabalho. Em paralelo a essa rejeição ao imaginário de empreendedor, notamos que o entregador criado por Toni D’Agostinho questiona a precarização dos serviços e defende a greve, demonstra concordância em relação às pautas reivindicadas pelos reais sujeitos entregadores que organizam a paralisação dos apps. O que, por sua vez, implica em reconhecer que tais sujeitos são dominados por uma FD contra o empendedorismo, se aproximando de uma forma-sujeito que não é a do empreendedor, mas sim, a do sujeito-trabalhador, contrário ao discurso neoliberal que acarreta o desmonte dos direitos trabalhistas e auxílios sociais.

Com base nessas análises, podemos concluir que a charge analisada se constitui como uma materialidade discursiva que utiliza de um diálogo fictício para representar o confronto ideológico de duas formações discursivas contrárias. Além disso, dada a organização e direcionamento que o autor atribui ao diálogo criado, notamos que a charge, tal como os recortes anteriores desta seção, também manifesta apoio à insatisfação de

¹¹ No campo da Análise do Discurso, o conceito de forma-sujeito refere-se à maneira pela qual o sujeito é determinado pela formação discursiva em que está inserido. Logo, uma FD pró-empendedorismo atribui, aos sujeitos por ela afetados, uma forma-sujeito que corresponde ao que seria um verdadeiro sujeito-empendedor.

uma parcela dos sujeitos-trabalhadores ao discurso empreendedor, configurando-se, dessa forma, como um discurso de resistência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fim de produzir um efeito fecho para este trabalho, que buscou analisar diferentes discursos *sobre* o empreendedorismo, iniciamos com a reflexão feita por Mariani (1996, p. 64 *apud* INDURSKY, 2000, p. 18, *grifo* nosso) de que “os discursos *sobre* são discursos intermediários, pois, ao falarem *sobre um discurso*, situam-se entre este e o interlocutor, qualquer que seja ele”. Assim sendo, podemos notar que tal função intermediária fez-se presente nos recortes que compuseram nosso *corpus* de análise, considerando que estes eram, em razão de sua materialidade textual, pertencentes aos domínios jornalístico e publicitário, buscando noticiar e validar um determinado discurso sobre o empreendedorismo. Nesses termos, é relevante examinarmos que os processos de discursivização das formações discursivas contra e pró-empresendedorismo, realizados pelas notícias selecionadas (anexos n. 1, 2 e 3), não ocorreram, unicamente, pela enunciação do sujeito-jornalista, mas também dos sujeitos-empresendedores, e entregadores, que tiveram suas vozes representadas na constituição da materialidade discursiva.

Dadas essas considerações, julgamos relevante que seja formulado um quadro comparativo das duas FDs evidenciadas neste trabalho, como forma de notabilizar as divergências enunciativas identificadas na produção desses dois discursos antagônicos *sobre* o empreendedorismo:

Quadro comparativo das FDs sobre o empreendedorismo

FD pró-empresendedorismo	FD contra o empreendedorismo
<i>1. Alternativa libertadora para o sujeito</i>	<i>1. Exploração do sujeito pela burguesia dominante</i>
<i>2. Independência e competição</i>	<i>2. Resistência e coletividade</i>
<i>3. Atitudes empresendedoras estimuladas pela crise</i>	<i>3. Condição de precariedade evidenciada durante a pandemia</i>
<i>4. Empresendedor chefe de si</i>	<i>4. Trabalhador autônomo</i>
<i>5. Parceria entre o empresário e o setor privado</i>	<i>5. Vínculo desigual entre o entregador e a empresa-aplicativo</i>
<i>6. Ausência da burocracia estatal limitadora</i>	<i>6. Ausência de direitos e garantias mínimas para o trabalhador.</i>

Fonte: O autor (2022)

Através da comparação entre esses recortes discursivos, que servem para exemplificar os efeitos de sentido produzidos pelas duas FDs analisadas, observamos a presença de um antagonismo entre elas, no que diz respeito à maneira que se posicionam em relação aos desdobramentos do neoliberalismo na relação deste com o papel do

Estado, bem como aos impactos desse modelo socioeconômico na formação do sujeito da classe trabalhadora. Nesse sentido, temos que, enquanto a FD pró-empendedorismo funciona de forma a reproduzir os valores da ideologia neoliberal, os quais embasam o processo de interpelação do sujeito-trabalhador em sujeito-empendedor, a FD contra o empendedorismo, por sua vez, mobiliza deslizamentos no âmbito da linguagem, e da história, para constituir um discurso de resistência a tal subjetivação. Sobre essa mobilização de sentidos, realizada na FD contrária ao empendedorismo, podemos recorrer às palavras de Leandro-Ferreira (2015, p. 165), que afirma:

O sujeito resiste à dominação, resiste ao enquadramento, à manipulação, nem sempre de forma consciente e nem sempre de forma exitosa, mas o faz sem cessar. Ao resistir, o sujeito deixa materializados na linguagem suas falhas, suas contradições e seus enfrentamentos, e, assim, emerge no fio do discurso.

Com essa reflexão, podemos perceber a resistência como fator constitutivo do sujeito complexo e contraditório, imerso na dinâmica da luta de classes que constitui a sociedade capitalista, e que, através de suas *falhas* e *enfrentamentos*, produz as brechas que possibilitam o surgimento de um discurso resistente à FD pró-empendedorismo, tal como o que analisamos no decorrer desta pesquisa.

Assim, concluímos este trabalho com a compreensão de que a prática do empendedorismo, da maneira como é concebida e incentivada pela grande mídia, manifesta a disposição do neoliberalismo em defender os interesses do sistema de produção capitalista, mesmo que sob uma roupagem moderna que agrega uma nova forma de interpelação dos sujeitos-trabalhadores, oferecendo perspectivas de liberdade, inovação e emancipação profissional. E, é dentro desse contexto, que uma parcela desses sujeitos, através da ruptura e da demarcação de suas desidentificações (FERNANDES, 2020), produz uma nova FD, contrária ao discurso empendedor, e que constitui um discurso de resistência em prol da emancipação do trabalhador.

REFERÊNCIAS

- ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. *Psicoperspectivas*. Valparaíso, v. 18, n. 3, p. 41 - 51, nov. 2019.
- ABÍLIO, Ludmila Costhek. *Uberização do trabalho: subsunção real da viração*. [S.l.]: Passa Palavra, 2017. Disponível em: <https://passapalavra.info/2017/02/110685/>. Acesso em: 07 dez. 2021.
- ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos de estado*. Tradução de Joaquim José Moura Ramos. Lisboa; São Paulo: Presença; Martins Fontes, 1970.
- BECK, Maurício; FONSECA, Rodrigo Oliveira; SANTOS, Aretuza Pereira dos. Recortes discursivos, paradigma indiciário e procedimentos contraindutivos. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, Tubarão, SC, v. 19, n. 1, p. 153-171, jan./abr. 2019.
- BOITO Jr., Armando. Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil. *Crítica Marxista*, São Paulo, Brasiliense, v. 1, n. 3, 1996, p. 80 – 105.
- COSTA, Sylvio de Souza Gadelha. Governamentabilidade neoliberal, teoria do capital humano e empreendedorismo. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, RS, v. 34, n. 2, p. 171 – 186, mai/ago. 2009.
- CENCI, Angelo Vitorio; PETRY, Cleriston. Para além da racionalidade neoliberal: o comum e a práxis instituinte como princípios ético-formativos. *Revista Educação em Questão*. Natal, v. 58, n. 56, p. 1 – 19, abr./jun. 2020.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo. Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Anatomia del nuevo neoliberalismo. *Viento Sur*, Madrid, n. 164, año XXVII, p. 5 – 16, jun. 2019.
- SOUZA, Mariana Barbosa de; HOFF, Tuize Silva Ravere. O governo Temer e a volta do neoliberalismo no Brasil – possíveis consequências para a habitação popular. *Revista Brasileira de Gestão Urbana, [S.l.]*, v. 11, maio 2019. ISSN 2175-3369. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/Urbe/article/view/24652>. Acesso em: 27 nov. 2021.
- DOLCE, Júlia; ODARA, Norma. Vitor Teixeira: "meu trabalho não é resposta de nada, é pergunta". *Brasil de Fato*, 2016. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/05/05/vitor-teixeira-meu-trabalho-nao-e-resposta-de-nada-e-pergunta>. Acesso em: 27 jan. 2022.
- FERNANDES, Carolina; VINHAS, Luciana. Da maquinaria ao dispositivo teórico-analítico: a problemática dos procedimentos metodológicos da Análise do Discurso. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, Tubarão, SC, v. 19, n. 1, p. 133 – 151, jan./abr. 2019.

FERNANDES, Carolina. Resistências em disputa: uma análise do processo polissêmico de significação de “luta” e “opressão”. *Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, p. 294-334, set./dez. 2020.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história*. 2. Ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FRANCO, Fábio. *et al.* O sujeito e a ordem do mercado: gênese teórica do neoliberalismo. In: DUNKER, Christian *et al.* (Orgs.). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. 1. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021, p. 47 - 75.

FUCHS, Catherine; PÊCHEUX, Michel. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997, p. 163 – 252.

GALVÃO, Andréia. O neoliberalismo na perspectiva marxista. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed Unesp, 2008, p. 149 – 156. Disponível em: http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/comentario33Comentario1.pdf. Acesso em: 17 mar. 2022.

GUILBERT, Thierry. *As evidências do discurso neoliberal na mídia*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020.

GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro. Discurso, corpo e trabalho: diálogo com Marx e Pêcheux. In: GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro; MACIEL, Ana Lúcia Suárez; GERSHENSON, Beatriz (Orgs.). *Neoliberalismo e desigualdade social: reflexões a partir do serviço social*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2020.

HAROCHE, Catherine; PÊCHEUX, Michel; HENRY, Paul. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. In: BARONAS, Roberto Leiser. *Análise do Discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. São carlos, SP: Pedro & João Editores, 2007, p. 13 - 32.

HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997, p. 13 – 38.

HOFF, Luíza Rutkoski; BELLINI, Maria Isabel Barros. Reflexos do modelo neoliberal na condução das políticas públicas: é possível efetivar a intersectorialidade? In: GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro; MACIEL, Ana Lúcia Suárez; GERSHENSON, Beatriz (Orgs.). *Neoliberalismo e desigualdade social: reflexões a partir do serviço social*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2020.

INDURSKY, Freda. A função enunciativa do porta-voz no discurso sobre o MST. Rio de Janeiro, Alea, v.2, n.2, p.17-26, Rev. do Programa de Pós-Graduação em Letras Neolatinas, UFRJ, set. 2000.

INDURSKY, Freda. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília (Orgs.). Práticas Discursivas e identitárias. Sujeito & Língua. Porto Alegre, Nova Prova, PPG-Letras/UFRGS, 2008, p. 9 – 33.

INDURSKY, Freda. Discurso, língua e ensino: especificidades e interfaces. In: TFOUNI, Leda *et al.* *A Análise do Discurso e suas interfaces*. São Carlos: Pedro & João, 2011, p. 327-340.

INDURSKY, Freda. Formação discursiva: ela ainda merece que lutemos por ela? In: *Seminário de Estudos em Análise do Discurso* (2.: 2005: Porto Alegre, RS) Anais do II SEAD - Seminário de Estudos em Análise do Discurso [recurso eletrônico] – Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível em: <http://www.analisedodiscurso.ufrgs.br/anaisdosead/sead2.html>. Acesso em: 23 de ago. de 2021.

LAVAL, Christian. Entrevista com Christian Laval: novo liberalismo, autoritarismo e novos caminhos do sindicalismo. *Teoria Jurídica Contemporânea*. v. 4, n. 1, p. 318-336, jan./jun. 2019. Entrevista concedida a Elisa Torres Sanvicente, disponível no periódico do Programa de pós-graduação em direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina. Resistir, resistir, resistir... primado prático discursivo! In: SOARES, Alexandre Sebastião Ferrari. *et al.* (Org.). *Discurso, resistência e ...* Cascavel, PR: UNIOESTE, 2015, p. 159 – 169.

MÍDIA ALTERNATIVA. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2022. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=M%C3%ADdia_alternativa&oldid=63032973. Acesso em: 15 fev. 2022.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Segmentar ou recortar? *Série Estudos*, n. 10, Faculdade Integrada de Uberaba, 1984, p. 9-26.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Texto e Discurso. *Organon*. v. 9, n. 23, p. 111-118, 1995.

ORLANDI, Eni Puccinelli. O próprio da Análise de Discurso. *Escritos: discurso e política*. n.3, 1998, p. 17-19.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso: princípios & procedimentos*. São Paulo: Pontes, 2002.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Entremeio e discurso. In: ORLANDI, Eni P. *Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 5. Ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007, p. 23 – 35.

PÊCHEUX, Michel. [1979]. Foi “propaganda” mesmo que você disse?. Trad. Eni Orlandi. In: ORLANDI, Eni (Org.). *Análise de Discurso: Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2012, p. 73 – 92.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In. ORLANDI, Eni P. *et al.* (org). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Tradução: Bethânia S. C. Mariani *et al.* Campinas: Editora da Unicamp, 1994, p. 55 - 66 (Coleção Repertórios).

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio*. 2 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

PILLA, Armando; QUADROS, Cynthia Boos de. Charge: uma leitura orientada pela análise do discurso de linha francesa. *Linguagens – revista de letras, artes e comunicação*. Blumenau, v. 3, n. 3, p. 226 – 229, set/dez. 2009.

SAFATLE, Vladimir. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. In: DUNKER, Christian *et al.* (Org). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. 1. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021, p. 17 – 46.

SCHWAAB, Toni Reges. Para ler de perto o jornalismo: uma abordagem por meio de dispositivos da análise do discurso. *Em Questão*, Porto Alegre, RS, v. 13, n. 1, p. 11 – 23, jan/jun 2007.

ANEXOS

ANEXO 1 – Notícia do *site* Época Negócios

Empreendedorismo cresce acima de emprego e ocupação

A recém-criada fábrica brasileira Origem se prepara para entregar, no próximo mês, uma frota de 50 motos elétricas para atender empresas de entrega de encomendas que utilizam serviços de motoboy. As motos terão arranque equivalente a um modelo convencional de 300 cilindradas, mas velocidade limitada a 60 quilômetros por hora (km/h).

A ideia dos empreendedores é alugar as motocicletas, já seguradas, a um custo fixo garantindo o fornecimento e trocas de baterias, uma vantagem em tempos de alta do preço dos combustíveis, como a gasolina. Estações para recarga serão instaladas em percursos usuais. A manutenção mecânica da frota, assim como a telemetria para rastreamento e gestão do uso das motos, será feita pela fábrica fornecedora.

“É um excelente momento para iniciar esse empreendimento”, garante Diogo Lisito, 30 anos, um dos três sócios fundadores da empresa que administram o negócio. “Quando leio notícias de que o país está em recessão, eu enxergo como responsabilidade minha ajudar o país a sair da crise”, disse ao comentar que a linha de produção tem dez engenheiros trabalhando diretamente nas motos e deverá contratar mais gente. A empresa tem autorização fiscal para se instalar na Zona Franca de Manaus.

A fábrica de Lisito e sócios forma o contingente de empresas inovadoras, definidas como startup: iniciativa de baixo custo e de base tecnológica, cujo modelo de negócio tem potencial de ganho de escala. Essas empresas estão surgindo no país em um momento em que muitas pessoas comuns tentam a oportunidade de ter um negócio próprio em época de alta do desemprego.

Segundo o Portal do Empreendedor – MEI, no início do mês de julho, cerca de 185 mil microempresários haviam optado pelo sistema de recolhimento de tributos em valores fixos mensais (abrangido pelo Simples Nacional). O número é 19% acima do verificado em fins de dezembro do ano passado - crescimento bastante superior ao aumento do emprego formal entre dezembro de 2018 e maio de 2019 (0,91).

Entre dezembro e julho, o número total de microempreendedores individuais passou de 7,7 milhões para mais de 8,5 milhões de pessoas (alta de 10,9%). Em período próximo, a taxa de desocupação do IBGE (emprego formal e informal) aumentou de 11,6% (trimestre outubro a dezembro de 2018) para 12,3% (trimestre de fevereiro a abril de 2019). No primeiro trimestre de 2019, a economia teve oscilação negativa (queda de 0,2% do PIB).

Crise e empreendedorismo

Para o assessor especial do Ministério da Economia Guilherme Afif Domingos, o crescimento do número de empreendedores tem a ver com a procura de alternativas para obter trabalho e renda. “Na verdade, são empreendedores que estão trabalhando por conta própria, porque emprego, no sistema tradicional, está raro e vai ser muito raro daqui para frente”, prevê.

Afif avalia que a hora é oportuna para superar dificuldades. “No momento de crise, você encontra pessoas dispostas a arriscar sair da zona de conforto para buscar alternativas para própria sobrevivência. Portanto, a crise é alimentadora de atitudes empreendedoras”.

O diretor-superintendente do Sebrae no Distrito Federal, Valdir Oliveira, concorda com o assessor ministerial e acrescenta: “olhamos para crise e vemos recessão e desemprego. O empreendedor vê oportunidade. O dinheiro não some. O dinheiro muda de mão”.

Para Ênio Pinto, gerente nacional de relacionamento com o cliente do Sistema Sebrae, há uma “onda de interesse pelo empreendedorismo” no Brasil entre pessoas na faixa etária de Diogo Lisita – o empreendedor das motocicletas elétricas. “Essa nova geração deixa claro o interesse em empreender como alternativa que não vimos no passado”, reconhece.

Momento propício

O dirigente do Sebrae avalia que as empresas são criadas para atender demandas das pessoas e da sociedade. “Toda empresa existe para resolver um problema, o problema do cliente. Como alguém que abre uma lanchonete para resolver a alimentação de quem não pode comer em casa”.

Nesse sentido, o momento pode ser bastante propício “Hoje nós temos uma pluralidade de problemas muito grandes. Há muitas oportunidades”, sublinha Ênio Pinto.

A empresa, em funcionamento há dois anos, tem duas lojas em áreas nobres do Distrito Federal e contrata nove empregados que preparam e vendem cardápio de 41 pratos para almoço ou jantar, cinco sobremesas e dez tipos de lanches.

A administradora de recursos humanos Roberta Lopes é outra empreendedora que tem as crianças como clientela final. Em vez de comida, no entanto, seu negócio, chamado Mundo de Lívia, cuida do divertimento e desenvolvimento infantil. Ela criou uma pequena empresa para aluguel de brinquedos para crianças na fase inicial de desenvolvimento cognitivo.

Roberta Lopes conta que com o aluguel de brinquedos as mães incorporam espírito de compartilhamento e acabam economizando 70% dos gastos que teriam se a cada etapa de

desenvolvimento substituíssem o estoque de brinquedos. “As mães compram brinquedos em 10 meses e as crianças usam só por dois meses”, compara.

A pequena empresa, que dispõe de 170 brinquedos para aluguel, ainda funciona na residência de Roberta e já deu emprego a uma pessoa.

A design Jussara Pelicano Botelho e outras duas sócias também já contrataram uma funcionária em um negócio que começa a engatinhar: há mais de um ano, elas criaram um aplicativo para atender mulheres de todas as idades que querem viajar sozinhas, em segurança, e com poucos recursos.

A visão do gerente do Sebrae de associar a atividade econômica das empresas à busca de solução de problemas enfrentados pela sociedade é ilustrada na história de algumas iniciativas e na fala de alguns empreendedores em início de carreira entrevistados pela Agência Brasil.

No caso da Mi Petit, pequena empresa que produz comida para crianças, conforme cardápio recomendado pela Sociedade Brasileira de Pediatria e pelo Ministério da Saúde, a preocupação é oferecer qualidade nutricional, conforme demanda dos pais.

“É uma demanda das famílias. A obesidade infantil tornou-se pandemia”, descreve Valéria Freitas, que antes de se juntar à nutricionista sócia da empresa para cuidar de alimentação infantil trabalhou no Brasil e no exterior como engenheira da área de telecomunicações.

A plataforma liga viajantes e anfitriãs em 75 cidades brasileiras e já reúne uma comunidade com mais de 3 mil mulheres. “Elaboramos um produto que está resolvendo problemas reais”, descreve.

Escassez de crédito

Diego Reis, especialista em tecnologia e segurança da informação, fundou o grupo Afroempreendedor e assumiu como missão o desenvolvimento de produtos e atividades que geram empoderamento e inclusão social. “A gente quer equilibrar o jogo para que os pretos e negros tenham mais espaço na sociedade e, no nosso caso, no empreendedorismo”, resume. “O empreendedorismo é libertador”, defende.

Reis, que toca sete projetos, reclama, no entanto, da falta de crédito: “não consegui pegar capital de giro de R\$ 30 mil em um ano”.

A mesma dificuldade é relatada por Diogo Lisita. “Agora precisamos da grana, mas não temos como dar todas as garantias que os bancos exigem. Quando mais precisa, a economia parece estar menos disposta”, observa.

“Querem oferecer o dinheiro depois que o seu negócio está validado, depois que você passou pela parte mais difícil. O mercado brasileiro tem apetite por inovação, melhoria, eficiência e por lucratividade. Só que não tem um apetite tão grande quanto vemos num ecossistema de startup no Vale do Silício, Europa, Índia e Israel”, compara.

Guilherme Afif Domingos faz coro com os dois empreendedores. “É flagrante a escassez de crédito, principalmente para o segmento de pequena empresa. O microcrédito famoso não chega”, pondera.

O assessor especial do Ministério da Economia é bastante crítico quanto às dificuldades de se obter empréstimos. “O sistema bancário é muito concentrado nas mãos de poucos que arrecadam de todos e emprestam só para alguns – aqueles que têm garantia reais para poder dar. O custo hoje do crédito é de agiotagem”.

Afif Domingos acredita que a macroeconomia vai melhorar após a aprovação da reforma da Previdência e que o ambiente econômico será mais favorável para os empreendedores com a futura reforma tributária, já em discussão no Congresso Nacional, e com o desdobramento de medidas em curso para reduzir a burocracia.

“O Brasil tem que ter um choque de desregulamentação para deixar essa turma livre. Com criatividade, eles vão buscar o caminho para o futuro. Agora é a hora de desburocratizar, simplificar”, promete.

ANEXO 2 – Notícia do *site* G1

Franquia de baixo investimento pode ser opção para quem está desempregado

As franquias de baixo investimento podem ser a solução para quem está sem emprego e tem um dinheiro guardado. Uma possibilidade é começar a empreender em casa, com um investimento inicial baixo.

No setor da educação, por exemplo, uma franquia está ajudando muita gente a faturar no meio da pandemia. O empresário Rafael Rocha dava aulas particulares de ciências quando decidiu investir na própria empresa de reforço escolar. Ele teve ajuda da Carol, que hoje é esposa e sócia.

"Eu falei assim: 'Carol eu não vou conseguir dar essas aulas, mas eu tenho uma ideia melhor. E se a gente montar o nosso próprio reforço? Eu estou vendo que tem uma demanda enorme'", lembra.

Eles começaram o negócio em 2015, com professores de várias disciplinas para atender em domicílio na Grande São Paulo. Em 4 anos, ganharam mais uma sócia, a Danielle Ratte, e chegaram a 7 mil alunos atendidos.

"Em 2019, a gente decidiu escalar o negócio com franquias para possibilitar que outros empreendedores pudessem simplesmente replicar o nosso modelo de negócio de sucesso em todo o Brasil", diz Rafael.

Mudança com a pandemia

O número de franqueados aumentava lentamente, mas, com a chegada do coronavírus e a digitalização na educação, esse panorama mudou.

"Antes disso, a ideia de aula online para os nossos clientes, para gente, era uma ideia que não era aceita. E com essa entrada da pandemia e com as escolas tendo que se reinventar, os alunos e os pais passaram a aceitar. E aí em agosto a gente resolveu mudar o nosso modelo de negócio completamente", diz Rafael.

A franquia passou a ser *home based* e 100% online. O investimento inicial é a partir de R\$ 6 mil, incluindo a taxa de franquia e o capital de giro.

"O franqueado atua com venda, com coordenação de aula, com feedbacks, agendamento e toda parte de professor, de ensino, fica com a gente, com o nosso banco de professores", afirma Rafael.

"E eles podem se cadastrar de qualquer lugar do Brasil, do mundo, porque como as aulas são online isso não vai interferir em nada", complementa a empresária Carolinne Coutinho.

Vendeu carro para virar empreendedor

O investimento cabia no bolso do professor de inglês André Tavares dos Reis. Ele vendeu um carro, entrou para a rede e virou empreendedor. A franquia *home based* deu a tranquilidade que o empresário precisava. Ele transformou parte da casa em escritório.

"Eu resolvi investir em uma franquia, principalmente pela mudança que teve no mundo recentemente, no qual as pessoas estão trabalhando bastante com marketing, tecnologia. Então, eu resolvi adaptar o útil ao agradável na minha vida – agora eu sou tanto um professor quanto um franqueado", diz André.

Os franqueados fazem toda a gestão da unidade nesta plataforma. Eles compram as aulas da rede em forma de créditos e têm liberdade para precificar de acordo com cada negociação.

A rede atende alunos do Ensino Fundamental ao Médio e já tem mais de 7 mil professores cadastrados. Todos passam por um processo seletivo antes de integrar a equipe.

"Precisam estar cursando faculdade ou ser formados na área de educação para eles terem uma bagagem para conseguir dar aula pros alunos e uma didática muito boa também", afirma Carolinne.

Em menos de 1 ano após a mudança no modelo, a rede de reforço escolar 100% online já tem mais de 30 franqueados em 50 cidades. A meta é chegar a 80 até o final do ano.

ANEXO 3 – Notícia do *site* Mídia Ninja

Greve dos entregadores de apps expõe os riscos e precarização do serviço

O mês de julho vai começar com uma paralisação nacional dos entregadores de aplicativos, que reivindicam direitos trabalhistas e de saúde, além de denunciar as condições insalubres pela qual a categoria está exposta com o novo coronavírus (Covid-19). “Ao invés de pedir comida, peça melhores condições para os entregadores”. Com esta frase a categoria também convoca os usuários para ficarem um dia sem utilizar os aplicativos de delivery.

No momento da pandemia – em que os aplicativos se tornaram um serviço essencial para a população – os entregadores estão se dando conta do quanto correm riscos e não são remunerados da maneira adequada. “Todo mundo está em casa se isolando em quarentena, mas nós ficamos nas ruas o dia inteiro, na batalha para garantir as entregas de delivery, colocando a nossa saúde e de nossas famílias em risco. Estamos trabalhando largados à nossa própria sorte e sem nenhuma medida de prevenção e proteção das empresas de aplicativos que fazemos as entregas, como *Rappi, iFood, Loggi, Uber Eats, 99Food* e *James*”, informa o motoboy Paulo Lima – o Galo, uma das principais lideranças do movimento – e que criou um abaixo-assinado para que as empresas forneçam medidas de proteção aos entregadores durante a pandemia. Para assinar acesse o *link*.

A categoria informa que os apps nunca lucraram tanto como agora na pandemia. Um levantamento feito pela Rede, empresa de pagamentos do Itaú, mostra que as compras de delivery pagas no cartão cresceram 59% em abril, comparada com o mesmo período do ano anterior. Apenas o *Ifood*, dobrou o volume de pedidos, entre 2018 e 2019, chegando à marca de 20 milhões no ano passado, segundo pesquisa do Instituto de *Foodservice* Brasil (IFB).

Na contramão do aumento dos lucros das empresas, os acidentes de motociclistas não param de subir também. Mesmo com as medidas de isolamento social e a consequente diminuição no trânsito de veículos na cidade de São Paulo, o número de acidentes de motos cresceu expressivamente desde o início da quarentena. De acordo com o *Infosiga* SP, em comparação a março de 2019, houve um aumento superior a 90% na ocorrência de acidentes. O número de vítimas fatais também aumentou em relação ao ano anterior. Enquanto em março de 2019 foram 21 mortes, no mês em 2020 foram 39.

Para a categoria, o aumento do número de acidentes e mortes está relacionado ao aumento deste tipo de serviço. Com uma lógica de aumentar o número de corridas, os aplicativos forçam os entregadores a estarem conectados constantemente e a disposição todos os dias, caso contrário o serviço é rebaixado e o app não envia corridas.

“Os apps estão exaurindo e aumentando os riscos do entregador, que precisam trabalhar mais e de forma mais produtiva. As empresas de aplicativos se isentam e se esquivam de toda responsabilidade se escondendo atrás de um posicionamento que os coloca apenas como empresas de tecnologia.”

Os apps implementaram uma dinâmica em que o usuário passa a querer receber mais rápido e barato o pedido, desconsiderando que o motoboy pode sofrer imprevistos.

“Quando pegamos a corrida temos que fazer a entrega no tempo estipulado para o cliente não ficar furioso. Isso é um perigo, pois muitas das vezes, na pressa de chegar até o destino, o motoqueiro acaba se envolvendo em acidente. Isso se agrava ainda mais, pois existem meninos novos fazendo entregas e que ainda não têm a habilidade para pilotar”, denuncia o *motoboy* Mineiro.

Entre as pautas reivindicadas pelos entregadores está o aumento do valor das corridas, implementação de uma taxa mínima de entrega, fim dos bloqueios, seguro contra roubo, acidente e vida, o fim do sistema de pontuação e um tipo de assistência na pandemia. Atualmente, um entregador que pedala até 50 km por dia recebe uma média de um salário mínimo, R\$ 1.045, por mês. Ele é responsável pelos próprios equipamentos de segurança e refeição. Caso não cumpra com as condições dos apps é bloqueado e perde o ganha-pão sem aviso.

Transparência

O algoritmo que é responsável pelo cálculo de remuneração dos serviços prestados pelos entregadores de app não é totalmente transparente, informa a categoria. Os termos de uso ou contratos são mudados de forma unilateral, como qualquer outro aplicativo de celular. “Assinamos um contrato que fala em R\$ 1,50 por quilômetro rodado, por exemplo. Mas, quando você vai fazer a conta, há corridas em que ganhamos menos de R\$ 1 por quilômetro. A gente não é consultado quando essa taxa cai ou quando eles mudam o cálculo.”

Conforme explica a diretora do Sindicato das Empresas de Distribuição de Entregas Rápidas do Estado de São Paulo (Sedersp), Herika Mascarenhas, as empresas de aplicativos praticam um preço 50% menor do que as empresas formais porque as empresas de aplicativo não cumprem toda a estrutura de trabalho prevista na legislação – o piso salarial, seguro de vida, aposentadoria, auxílio em caso de acidente, 13º, férias, cesta básica, equipamentos de segurança, vale-refeição, refeitório, adicional de periculosidade.

Segundo o Instituto de *Foodservice* Brasil, o delivery aumentou 23% no país entre 2017 e 2018. E dados da Receita Federal obtidos pelo Sebrae mostram que, em 2019, havia mais de 200 mil MEIs (microempreendedores individuais) trabalhando no “fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar”, atividade econômica focada em delivery. Crescimento de 122% em cinco anos.

Bloqueado

Um dos profissionais com voz ativa na categoria é o motoboy Mineiro, que participa na organização do movimento e vem publicando vídeos nas redes sociais convocando colegas para a paralisação. Apesar do apelido, Mineiro atua em São Paulo e denuncia uma política de perseguição das empresas de apps aos entregadores que criticam o “modus operandi” dos aplicativos ou participam de manifestações.

“Fui excluído do *Rappi* e do *Ifood* no mesmo dia. E não adianta ligar ou ir na sede da empresa. Eles não querem ouvir a gente. Se você bota a cara pra bater, ou vai em uma manifestação, os aplicativos te bloqueiam. Se você reclamar muito no site, também te bloqueiam. Não querem que a gente tenha voz “, afirma.

Apoie a causa

Os entregadores estão convocando os usuários a ficarem o dia sem utilizar os aplicativos de delivery. Um tuitaço está marcado para o dia e para apoiar a causa pelas redes sociais, use as hashtags #BrequeDosApps #ApoioBrequeDosApps #1DiaSemApp.

A *motogirl* Manu Preta espera que a paralisação também conscientize a população sobre a importância do entregador de aplicativo. Em desabafo nas suas redes sociais, Manu criticou a falta de respeito e incompreensão dos usuários de aplicativos que querem receber seus pedidos “na hora”. “Eu queria estar em casa, me protegendo, protegendo os outros. Estudando, com tempo para colocar meus projetos pessoais em pauta, mas preciso estar na rua para pagar minhas contas. Não estou vendo minha mãe porque estou prezando pela saúde dela. Minha saúde mental está uma merda. Queria estar junto e abraçando as pessoas que amo”, lamenta.